



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE LARANJEIRAS DO SUL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA**

RODRIGO NOVAKOSKI

**DIFERENTES PERSPECTIVAS DE PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE O JOVEM ASSENTADO PRODUZINDO DE
FORMA CONVENCIONAL OU AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO
RURAL 8 DE JUNHO – LARANJEIRAS DO SUL/PR**

**LARANJEIRAS DO SUL
2015**

RODRIGO NOVAKOSKI

**DIFERENTES PERSPECTIVA DO JOVEM NA PERMANÊNCIA NO CAMPO:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE O JOVEM ASSENTADO PRODUZINDO DE
FORMA CONVENCIONAL OU AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO
RURAL 8 DE JUNHO – LARANJEIRAS DO SUL/PR**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de
grau de Bacharel em Agronomia da
Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Prof^a Dr^a Siomara Aparecida
Marques

LARANJEIRAS DO SUL

2015

DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação

Novakoski, Rodrigo

DIFERENTES PERSPECTIVA DO JOVEM NA PERMANÊNCIA NO CAMPO: : UM ESTUDO DE CASO SOBRE O JOVEM ASSENTADO PRODUZINDO DE FORMA CONVENCIONAL OU AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO RURAL 8 DE JUNHO ? LARANJEIRAS DO SUL/PR/ Rodrigo Novakoski. -- 2015.

76 folhas f.

Orientadora: Siomara Aparecida Marques .

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Agronomia , Laranjeiras do Sul, PR, 2015.

1. CAPÍTULO . 2. CAPÍTULO . 3. CAPÍTULO . 4. CAPÍTULO . 5. CONCLUSÃO. I. , Siomara Aparecida Marques, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

RODRIGO NOVAKOSKI

RODRIGO NOVAKOSKI

DIFERENTES PERSPECTIVAS DE PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE O JOVEM ASSENTADO PRODUZINDO DE
FORMA CONVENCIONAL OU AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO
RURAL 8 DE JUNHO – LARANJEIRAS DO SUL/PR

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul, aprovado com nota final 8,5 (oito vírgula cinco).

Orientadora: Prof^a Siomara Aparecida Marques

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 09/12/2015.


BANCA EXAMINADORA:



Prof^a Siomara Aparecida Marques - UFFS



Prof^a Manuela Franco de Carvalho da Silva Pereira - UFFS



Prof^a Josimeire Aparecida Leandrini - UFFS

Dedico esse trabalho a Deus e aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me permitir estar nessa caminhada diária que é a vida, por cuidar de mim em todos os meus passos, por me levantar sempre que tenho dificuldades e por me permitir realizar grande parte dos meus sonhos.

Aos meus pais Ivete e Celestino por terem cuidado de mim desde o meu nascimento, me auxiliando não apenas financeiramente, mas principalmente com seu amor e carinho, por serem a estrutura da minha vida e estarem ao meu lado em todos os momentos que preciso e também por me permitirem estudar apesar de todas as pedras encontradas pelo caminho.

Aos meus irmãos Amilcas e Lidiane, que sempre serviram com ombro amigo, cuidaram de mim, me aconselharam, me ajudaram e sempre estiveram comigo, me amparando em todas as minhas necessidades.

A todos os meus amigos que estiveram comigo, principalmente no período de realização desse trabalho, por me escutarem e me ajudarem nesse momento tão importante de minha vida.

A minha professora orientadora Siomara Aparecida Marques pela paciência com que conduziu nosso trabalho, me ajudando na construção do mesmo, me auxiliando e dando segurança em todos os momentos que precisei, sugerindo e dando ideias nas horas certas. Certamente sem ela a conclusão desse trabalho não seria possível.

Aos jovens agricultores do Assentamento Rural 8 de Junho que nos receberam em suas casas e acreditaram em nosso trabalho.

A Universidade Federal da Fronteira Sul por me permitir realizar um dos meus maiores sonhos que é a graduação em Agronomia.

A revalorização dos espaços rurais é um dos fenômenos mais interessantes deste século XXI. Os jovens são os protagonistas mais importantes desta redescoberta, cuja natureza ampla, diversidade e plural deve estar no centro de políticas públicas. (ABRAMOVAY,2005, p.3).

RESUMO

A agricultura familiar brasileira vem sendo marcada pelo crescente desinteresse do jovem em permanecer nela, ocorrendo o êxodo rural jovem. Representando um rompimento da garantia da sucessão familiar e da continuidade da agricultura familiar. A presente pesquisa objetiva analisar as principais perspectivas de permanência ou não do jovem no campo, tendo como base o jovem assentado produzindo de forma convencional ou agroecológica, identificando as principais diferenças nas duas formas de produção. E como objetivos específicos busca identificar o que motiva o jovem a permanecer no campo; identificar as atividades que os mesmos têm desempenhado junto a seus lotes e/ou lotes vizinhos; identificar quais são os principais motivos que levam o jovem assentado à mudar sua matriz produtiva e das dificuldades encontradas para adotar a nova matriz produtiva; analisar quais os principais problemas enfrentados pelos jovens no processo de produção agroecológica ou na produção convencional; analisar qual é o papel desempenhado pela ATER como garantia de permanência do jovem na agricultura familiar. Para tanto, a pesquisa é qualitativa e objetiva analisar bibliografias e documentos, bem como os dados obtidos por meio de questionários e entrevistas. A pesquisa foi realizada no Assentamento Rural 8 de Junho no município de Laranjeiras do Sul, Paraná. Foram entrevistados dois grupos de jovens, aqueles onde o grupo familiar produz de forma agroecológica, sendo entrevistados 4 jovens, e os que produzem de forma convencional, sendo entrevistados 4 jovens. A partir das entrevistas realizadas pôde-se concluir que a grande maioria dos jovens demonstra interesse em continuar no campo. Entre as variáveis que diferenciam os dois grupos de jovens, a organização produtiva é uma das principais, onde o manejo e as formas de comercialização baseiam-se em princípios diferentes. Na produção convencional o manejo da propriedade é mais dependente de crédito e do mercado externo. Na agroecologia a produção e a comercialização são diversificadas, não sendo dependente apenas de uma linha de comercialização, e uma atividade produtiva. Entre os principais apontamentos sob a permanência no campo ou não, a renda e a educação foi os principais condicionantes a respeito da saída do jovem do campo. A participação do jovem nas decisões econômicas e mercadológicas é outro aspecto considerado de grande importância para os entrevistados. O fato de se sentirem incluídos nas tomadas de decisões facilita a permanência no lote. Dentre os vários apontamentos a cerca da permanência do jovem no campo, vê-se a necessidade também no desenvolvimento de políticas públicas de ATER e também governamentais que estimulem essa permanência.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar. Assentamentos Rurais. Jovem. Êxodo Rural.

ABSTRACT

The Brazilian family agriculture has been marked by declining interest of young on staying, occurring young rural exodus. Representing a breach of the security of family succession and continuity of family farming. This research aims to analyze the main prospects of permanence or otherwise of the young in the field, based on the young man seated producing conventional or agro-ecological way, identifying the main differences in the two forms of production. And as specific objective seeks to identify what motivates young people to stay on the field; identify the activities that they have played with his lots and / or neighboring lots; identify what are the main reasons why the young man seated to change its production and the difficulties encountered to adopt new productive matrix array; consider what the main problems faced by youth in agroecological production process or conventional production; analyze what is the role played by young ATER as the guarantee of permanence in family farming. To this end, research is qualitative and objective analysis bibliographies and documents, as well as data obtained through questionnaires and interviews. The survey was conducted in the Assentamento Rural 8 Junho, in the town of Laranjeiras do Sul, Paraná. They interviewed two groups of young people, those where the family group produces agro-ecological way, being interviewed four young people, and those who produce conventionally, being interviewed four young people. From the interviews it could be concluded that the vast majority of young people show interest in continuing in the field. Among the variables that differentiate the two groups of young, productive organization is a leading, where the management and marketing of fashion are based on different principles. In conventional production management of the property is more dependent on credit and foreign market. Agroecology production and marketing are diverse and are not dependent on just a marketing line, and a productive activity. Among the main keyword in the permanence in the field or not, income and education was the main constraints regarding the departure of the young field. The participation of youth in economic and market decisions is another aspect considered of great importance to respondents. The fact that they feel included in decision-making makes it easy to stay on the lot. Among the various notes about the young man's stay in the field, we see the need also to develop public policy ATER and also government that encourage this permanence.

Keywords: Family Farming. Rural Settlements. Young. Rural exodus.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Caracterização dos Assentamentos do Território da Cantuquiriguaçu – Paraná.....	36
TABELA 2	Comparação do IDHM do Território Cantuquiriguaçu entre os anos de 1991, 2000 e 2010.....	37

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Localização do Território da Cantuquiriguaçu – Paraná35
-----------------	---

LISTA DE SIGLAS

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
CEAGRO – Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia
COOPERJUNHO – Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho
EMATER - Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAA – Ministério do Meio Ambiente
MAPA – Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
MEC – Ministério da Educação
MIN – Ministério da Integração Nacional
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário
PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
SRA – Secretaria de Reordenamento Agrário
UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1.1 JUSTIFICATIVA	16
1.2 MATERIAL E MÉTODOS.....	17
CAPÍTULO 1 - JUVENTUDE RURAL E AGROECOLOGIA NO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	20
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA DA PESQUISA.....	20
1.1.1 O papel do jovem na agricultura.....	20
1.1.2 Agricultura familiar e Campesinato.....	22
1.1.3 Políticas públicas voltadas para permanência do jovem no campo. 25	
1.1.4 Agroecologia na reforma agrária.....	27
1.1.5 O Rural	29
1.2 O QUE SÃO ASSENTAMENTOS?	30
CAPÍTULO 2 - JUVENTUDE RURAL NO ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO...35	
1.3 O ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO	35
1.4 O PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	40
1.4.1 Quem são os jovens “agricultores agroecológicos”?.....	40
1.4.2 Quem são os jovens “agricultores convencionais”?.....	41
1.5 O QUE PRODUZ A UNIDADE PRODUTIVA?.....	42
CAPÍTULO 3 - TRABALHO, CAMPO OU CIDADE, DIFERENTES PERSPECTIVAS NA VISÃO DO JOVEM RURAL.....	45
1.6 ÊXITOS E DIFICULDADES DE CADA MATRIZ PRODUTIVA NA VISÃO DOS JOVENS ENTREVISTADOS.....	46
1.7 CAMPO OU CIDADE? POR QUE?.....	51
CAPÍTULO 4 – O AGRÔNOMO, A ATER E AGROECOLOGIA: DESAFIOS E POTENCIALIDADES PARA A PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO.....	56
1.8 EXTENSÃO RURAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA	57
1.9 AS POLÍTICAS DE ATER.....	59
1.10 O AGRÔNOMO E A AGROECOLOGIA.....	64

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....66

O OBJETIVO DA PESQUISA FUNDAMENTA-SE NA PREOCUPAÇÃO COM A MANUTENÇÃO SUCESSÓRIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NOS ASSENTAMENTOS RURAIS. PROCUROU-SE ATRAVÉS DAS VARIÁVEIS INVESTIGADAS, IDENTIFICAR SE AS FORMAS PRODUTIVAS, AGROECOLÓGICA E CONVENCIONAL, PODEM ESTAR INFLUENCIANDO NA DECISÃO DE PERMANÊNCIA OU NÃO DESSES JOVENS NO CAMPO.

.....66

FORAM PESQUISADAS DIMENSÕES NOS ASPECTOS DA IDENTIDADE DOS JOVENS, ANALISANDO QUAL O PAPEL QUE OS MESMOS VEM DESENVOLVENDO EM SUAS UNIDADES PRODUTIVAS E SE ESSAS UNIDADES PRODUTIVAS ESTÃO SENDO CAPAZES DE ATENDER AS DEMANDAS POR PERMANÊNCIA DESSES JOVENS AGRICULTORES. ..67

COM RELAÇÃO À IDENTIDADE DO JOVEM RURAL DO ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO, NOTOU-SE QUE NO CASO DOS JOVENS PESQUISADOS, A CONFIGURAÇÃO DA IDENTIDADE DE UM JOVEM RURAL SE CONFUNDE COM UMA IDENTIDADE URBANA, OU SEJA COM VALORES URBANOS. DEVIDO A SUA PROXIMIDADE COM A CIDADE E DE TODOS OS SERVIÇOS COMO EDUCAÇÃO, SAÚDE E LAZER DIRECIONADOS A ESSES JOVENS, O URBANO COMEÇA DESENHAR UMA NOVA IDENTIDADE SOB O JOVEM RURAL, ONDE VALORES TRADICIONAIS E COSTUMES DO CAMPO PASSAM A SER SUBSTITUÍDOS POR HÁBITOS URBANOS.67

APESAR DESSA NOVA CONFIGURAÇÃO IDENTIDÁRIA DO JOVEM RURAL, COM CARACTERÍSTICAS ADQUIRIDAS DO URBANO, NA MAIORIA DOS CASOS ESSES JOVENS MOSTRARAM-SE SATISFEITOS COM O RITMO DE VIDA NO CAMPO, PRINCIPALMENTE PELA SUA TRANQUILIDADE. NESSE SENTIDO, O PROCESSO DE “SAIR” DO CAMPO NÃO ESTARIA RELACIONADO À SUA VONTADE PRÓPRIA, MAS SIM À NECESSIDADE EM BUSCAR NA CIDADE, TRABALHO, RENDA E EDUCAÇÃO.....67

NOTOU-SE TAMBÉM QUE NO ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO, HÁ FORTE PRESENÇA DE EM CURSO DA PLURIATIVIDADE NA QUESTÃO DO TRABALHO DOS JOVENS ENTREVISTADOS. SOMENTE TRABALHAM NA

PROPRIEDADE OS JOVENS QUE AINDA ESTUDAM, DEVIDO A DIFICULDADE EM CONCILIAR TRABALHO COM OS ESTUDOS, AJUDAM A FAMÍLIA EM ALGUMAS ATIVIDADES PRODUTIVAS DO LOTE. COM RELAÇÃO AOS JOVENS QUE NÃO ESTUDAM, A MAIORIA VIU NECESSÁRIO BUSCAR CONDIÇÕES DE GERAÇÃO DE RENDA FORA DO LOTE ONDE RESIDEM, TRABALHANDO EM COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DENTRO DO ASSENTAMENTO E EM ALGUNS MOMENTOS CONTRIBUINDO NAS ATIVIDADES PRODUTIVAS DO LOTE. NESSE PROCESSO DE PLURIATIVIDADE, NOTA-SE QUE TANTO OS JOVENS DE BASE AGROECOLÓGICA COMO OS CONVENCIONAIS, ENFRENTAM ESSE PROCESSO, ONDE O LOTE NÃO ESTA SENDO CAPAZ DE SUPRIR SUAS NECESSIDADES DE RENDA.67

UMA PECULIARIDADE IDENTIFICADA NA PESQUISA ESTÁ RELACIONADO À POSIÇÃO DE DESTAQUE QUE “AS JOVENS AGRICULTORAS” VÊM ESTABELECEENDO NO MEIO RURAL, QUAIS DEMONSTRAM MUITO INTERESSE E CONHECIMENTO SOBRE O CAMPO. SENDO A MAIORIA DOS JOVENS ENTREVISTADOS DO SEXO FEMININO, TODAS RELATARAM O DESEJO EM SE GRADUAR, E APLICAR SEUS CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS NA PROPRIEDADE, E CONTRIBUINDO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DO ASSENTAMENTO. E MAIS, DOS “JOVENS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS” ENTREVISTADOS, TODOS SÃO MULHERES.67

OUTRA DIFERENÇA COM RELAÇÃO A GÊNERO, DIZ RESPEITO AO NÍVEL DE EDUCAÇÃO. ONDE AS MULHERES SE APRESENTAM MAIS ENTUSIASMADAS EM CONTINUAR SEUS ESTUDOS, DAS SEIS ENTREVISTADAS, DUAS JÁ ESTÃO NA UNIVERSIDADE E AS OUTRAS SE PREPARANDO PARA ENTRAR. COM RELAÇÃO AOS HOMENS, A GRADUAÇÃO NÃO É PRIORIDADE, OS QUAIS APRESENTAM DESINTERESSE EM FAZER UM CURSO DE NÍVEL SUPERIOR.68

ENTRE AS CARÊNCIAS OBSERVADAS NA VIDA DESSES JOVENS, COMO A FALTA DE RENDA PRÓPRIA, DIFICULDADE DE DESENVOLVER MAIS AUTONOMIA NAS ATIVIDADES PRODUTIVAS E ACESSO A EDUCAÇÃO SOMENTE NA CIDADE, TANTO OS QUE PRODUZEM DE FORMA AGROECOLÓGICA COMO TAMBÉM CONVENCIONAL ESTÃO

LIGADAS À FALTA DE OPORTUNIDADES, SENDO QUE SE APRESENTAM MAIS COMUNS NO SISTEMA DE PRODUÇÃO CONVENCIONAL. OS JOVENS CONVENCIONAIS AFIRMAM NÃO SE SENTIREM INCLUÍDOS NAS DINÂMICAS DE TRABALHO DA PROPRIEDADE, ONDE AS TOMADAS DE DECISÕES FINANCEIRAS, DE PRODUÇÃO E DE COMERCIALIZAÇÃO SÃO DETERMINADAS PELOS SEUS PAIS, NO CASO O HOMEM. COM RELAÇÃO AOS JOVENS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS, ESSA INCLUSÃO DO JOVEM NA GESTÃO DO SISTEMA PRODUTIVO É MAIS PRESENTE, PORÉM O PROCESSO DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICO GERALMENTE É BARRADO PELO GRUPO FAMILIAR, OU SEJA, QUANDO OS JOVENS DEMONSTRAM VONTADE EM DESENVOLVER UMA NOVA IDEOLOGIA PRODUTIVA, SEUS PAIS SE SENTEM AFRONTADOS PELOS FILHOS, INTERFERINDO NESSE PROCESSO DE TRANSIÇÃO.....68

DESSA FORMA, OBSERVA-SE QUE OS JOVENS NECESSITAM DE MAIS LIBERDADE E DE ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADE, A FIM DE SENTIREM-SE INSERIDOS NA UNIDADE PRODUTIVA E MENOS DEPENDENTES DE DECISÕES VINDAS DOS MAIS “VELHOS”. OS JOVENS QUEREM INDEPENDÊNCIA, E COMO NÃO CONSEGUEM ISTO NO CAMPO, A CIDADE TORNA-SE O MELHOR LOCAL PARA A CONQUISTA DE INDEPENDÊNCIA E LIBERDADE, CARACTERÍSTICAS DO QUE É SER JOVEM.....68

O JOVEM É UM DOS PRINCIPAIS ELEMENTOS NA GARANTIA DO DESENVOLVIMENTO E DE CONTINUIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR. ASSIM, VÊ-SE A NECESSIDADE DE HAVER POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES QUE ATUEM DE FORMA A INCENTIVAR A PERMANÊNCIA DESSES NO CAMPO. ONDE O CAMPO PASSE A SER VISTO COMO LOCAL DE PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO, DE POTENCIALIDADES E DE FUTURO, E NÃO MAIS UM LOCAL REFERIDO COMO ARCAICO E DE POUCAS OPORTUNIDADES.....68

REFERÊNCIAS.....69

INTRODUÇÃO

Atualmente o mundo rural, tanto as comunidades rurais tradicionais quanto os assentamentos de reforma agrária, vem enfrentando desinteresse crescente dos jovens em permanecer na agricultura familiar. Sendo que esta escolha apresenta grande comprometimento na garantia de continuidade da agricultura familiar e do desenvolvimento social e econômico no campo. Sendo assim, este trabalho analisa as motivações que levamos jovens do Assentamento 8 de Junho, no município de Laranjeiras do Sul, a permanecer ou não no meio rural.

Dessa forma, o jovem é entendido como um dos fatores determinantes da continuidade da agricultura familiar e da produção de alimentos no país, sua permanência no meio rural passou a ser uma das questões mais discutidas atualmente pelo governo federal, onde, o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA coloca o tema como uma preocupação eminente não só a população rural, mas também a população urbana.

(...) êxodo rural da juventude deve ser uma preocupação de toda a agricultura familiar e também das populações das cidades, pois, a produção dos alimentos que chegam todos os dias em nossas casas depende da continuidade do modelo da agricultura familiar, onde a garantia de condições para a permanência da juventude no campo seja um desafio não apenas do Brasil, mas de todo o mundo. Questões como o direito à terra e à assistência técnica, o acesso ao crédito e à comercialização dos produtos agrícolas e não agrícolas do campo estão presentes no dia a dia da juventude que vive nos territórios rurais. A garantia da renda é fundamental, mas a decisão de ficar ou sair do campo vai muito além. Fatores como a inclusão digital e o acesso à educação do campo, à cultura, ao esporte, à saúde, isto é, às condições de cidadania e qualidade de vida no campo também afetam a decisão de permanecer no campo. (MDA, 2015).

A juventude rural no Brasil esta constantemente associada ao problema da “migração do campo para a cidade”, sendo marcada pelo desinteresse do jovem em dar continuidade às atividades produtivas no campo, e vendo a cidade como a melhor alternativa pra construir sua vida. Contudo, “ficar” ou “sair” do meio rural envolve múltiplas questões que comprometem à definição de jovem rural. A própria imagem de um jovem desinteressado pelo meio rural contribui para a invisibilidade da categoria como formadora de identidades sociais e, portanto, de demandas sociais (CASTRO, 2009, p.189).

Nos últimos anos, o êxodo rural jovem vem sendo uma realidade cada vez mais presente no Brasil. Realidade da qual o (a) jovem na maioria das vezes, é

forçado a sair do campo para buscar melhores condições de vida na cidade, ou seja, a opção pelo meio urbano não é necessariamente uma opção do jovem, mas sim uma necessidade em buscar nela acesso à educação, emprego e renda própria, sendo uma condição imposta. Devido a essa falta de perspectiva do jovem no meio rural é notável a presença de um rural envelhecido, com pouca mão de obra, e com a possibilidade de estabelecimentos familiares sem sucessores, comprometendo a continuidade da agricultura familiar nesse país (SOUZA, 2011, p. 10).

A migração do meio rural para o urbano tem sido dessa forma, uma das principais características da população brasileira, qual vem transformando o espaço rural num vazio demográfico e as cidades transformando em grandes aglomerações urbanas. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de geografia e Estatísticas -IBGE (2010) o êxodo rural é um problema social que teve sua emergência principalmente a partir da década de 1950, e com uma crescente diminuição da população rural nos anos seguintes. Contrariando muitas interpretações, que a população rural cresceu em termos absolutos e totais até 1970, quando chegou a pouco mais de 41 milhões de pessoas. Registrada nos censos demográficos posteriores, houve queda que fez com que ela chegasse a 39,1 milhões, em 1980; 36,0 milhões, em 1991; 33,9 milhões, em 1996; 31,8 milhões, no ano 2000; e 29,8 milhões, em 2010. Diante disso o país vivenciou uma crescente urbanização, desequilíbrio demográfico, culminado para o desenvolvimento de grandes concentrações de terra, e uma agricultura familiar fragilizada e envelhecida (IBGE,2010).

Entretanto, o novo padrão de desenvolvimento econômico tem demonstrado exclusão do homem do campo da geração de emprego, diminuição da renda, entre outros, ocasionando conseqüentemente, desordem no espaço rural, decorrente da competitividade do capitalismo. Dentro de uma ótica global, a modernização agrícola nos revela que, por meio dos processos históricos, a propriedade da terra foi sendo subordinada ao capital. Dessa forma, muitos agricultores foram obrigados a buscar nas cidades novas formas de sobrevivência, e outros viram a necessidade de mudança no modo de produzir e organizar a produção agrícola provocando uma reorganização do espaço geográfico, adequando-o às novas condições de produção determinadas, em geral, pelos interesses do Estado e dos grupos econômicos capitalistas, ou seja, as atividades produtivas passaram a ser organizadas de forma a atender a demanda do mercado externo, orientando o desenvolvimento de uma

agricultura patronal baseada na produção de *commodities*, na alta lucratividade e na alta produção (BALSAN, 2006, p.130).

O processo de modernização da agricultura brasileira continuou seu curso nos anos 80 e 90, principalmente a partir do impulso das políticas Keynesianas do pós-guerra, e com a integração da agricultura com outros setores da economia, aumentando consideravelmente a produtividade agrícola em todo o mundo. Conseqüentemente, essa expansão tecnológica na agricultura resultou em bruscas mudanças nas organizações de trabalho no campo, havendo a substituição da mão de obra do agricultor pelo uso de máquinas agrícolas, resultando num rural de cunho cada vez mais especializado e tornando as tarefas que antes eram de responsabilidade familiar, em tarefas de caráter individualista (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 1999, p.165).

A modernização da agricultura resultou num intensivo desenvolvimento do aparelho produtivo pautado na mecanização e na tecnificação, no uso de insumos agrícolas industrializados e de sementes melhoradas em laboratório, transformando também o conhecimento do agricultor, antes com um conhecimento integrador sobre as diferentes formas produtivas transformou-se num conhecimento “direcionado” em apenas algumas atividades produtivas. Esse processo teve como consequência direta a polarização de dois tipos de agricultura, a grande cultura de cereais pautada no monocultivo e a pequena agricultura diversificada, associada à pecuária (MARTIGNONI, 2013, p.11).

A modernidade se constitui historicamente, como sendo um período marcado por profundas mudanças sociais, gerando alterações nos hábitos, costumes e estilos de vida, essas mudanças foram mais drásticas e impactantes ao modo de vida do homem rural. No qual a industrialização modificou o modo de produção da vida, acarretando em um deslocamento da base produtiva para centros urbanos e uma transformação do espaço e do modo de vida rural, transformando o homem rural em um homem urbano (MARTINS, 2006, p.70).

No Brasil, após esse processo desconstrutivo do espaço rural, um novo olhar sob a agricultura passa a apontar para uma nova realidade, onde o rural deixa de ser visto apenas como um lugar de produção agrícola e passa a ser entendido como um lugar onde a “vida acontece”, com iniciativas de desenvolvimento ligadas ao bem-estar do homem. Novas formas de organização da atividade produtiva, bem como a valorização da cultura local e do espaço surgem como alternativa para a

agricultura, e principalmente para a agricultura familiar. Com a crescente busca da (re)valorização da natureza, o rural passa a ser visto como um lugar de lazer e também como um lugar de moradia. Dessa forma, o rural deixa de ser visto como sinônimo de atraso e passa a ser visto com prosperidade (MARTIGNONI, 2013, p.11).

No Brasil, esse novo olhar sob a agricultura aponta para uma nova realidade, onde o rural deixa de ser visto apenas como um lugar de produção agrícola e passa a ser entendido como um lugar onde a vida acontece. Novas formas de organização da atividade produtiva, bem como a valorização da cultura local e do espaço surgem como alternativa para a agricultura, e principalmente para a agricultura familiar. Com a crescente busca da (re)valorização da natureza, o rural passa a ser visto como um lugar de lazer e também como um lugar de moradia. Dessa forma, a análise de novas possibilidades do rural em países de capitalismo avançado, permite orientar os estudos para um processo de desenvolvimento do rural em países como o Brasil.

1.1 JUSTIFICATIVA

O presente trabalho justifica-se na importância da permanência do jovem no campo, como meio de garantia da sucessão familiar e também da continuidade da agricultura familiar, inclusive para famílias de assentamentos rurais, que já possuem o histórico da luta pela terra e vêm valorizando de forma significativa a importância da juventude no campo, como forma de permanência na terra, maior independência em relação à mão de obra externa e também à valorização cultural da passagem de conhecimentos entre as gerações.

Também como justificativa pode-se citar o fato de não existirem estudos sobre o tema relacionado à permanência do jovem no meio rural no espaço delimitado nesse trabalho, os assentamentos de reforma agrária, neste caso específico, o assentamento 8 de Junho, o que coloca o estudo na condição de um certo pioneirismo.

Na área de pesquisa há muitos trabalhos que caracteriza quais os motivos que levam o jovem a perder o interesse pelo campo. O que torna-se inovador nessa pesquisa é a questão do papel da agroecologia na permanência ou não do jovem no campo, já que pretende-se desenvolver alguns estudos com jovens deste

assentamento, o 8 de junho, com apenas 17 anos de existência. A questão central desse estudo é verificar se a agroecologia está conseguindo se consolidar como uma nova matriz de integração entre o jovem e a agricultura, quais as suas potencialidades e se essa constitui saída para reduzir o êxodo rural da juventude e fomentar sua permanência no campo.

Esta questão leva ao objetivo da pesquisa, que analisou as principais perspectivas de permanência ou não do jovem no campo, tendo como base o jovem assentado produzindo de forma convencional ou agroecológica, identificando as principais diferenças nas duas formas de produção, tendo como referência o Assentamento 8 de Junho, no município de Laranjeiras do Sul, região centro sul do Paraná.

Os objetivos específicos consistem em:

- a) identificar o que motiva o jovem a permanecer no campo;
- b) identificar as atividades que os mesmos têm desempenhado junto a seus lotes e/ou lotes vizinhos.
- c) identificar quais são os principais motivos que levam o jovem assentado à mudar sua matriz produtiva e das dificuldades encontradas para adotar a nova matriz produtiva.
- d) analisar quais os principais problemas enfrentados pelos jovens no processo de produção agroecológica ou na produção convencional.
- e) analisar qual é o papel desempenhado pela Ater como garantia de permanência do jovem na agricultura familiar.

1.2 MATERIAL E MÉTODOS

Quanto ao enfoque metodológico, a pesquisa é qualitativa e objetiva a analisar bibliografias e documentos, bem como os dados obtidos por meio de questionários e entrevistas.

O local da pesquisa foi o Assentamento 8 de Junho, situado no município de Laranjeiras do Sul, na região geográfica centro-sul do Paraná, e faz parte do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, pois é uma das regiões do país com menor IDH, sendo 0,720. Sendo essa uma região marcada pela presença de grandes latifúndios, mas também pela presença de grandes assentamentos de reforma

agrária e de movimentos sociais em busca da desconcentração de terras. O universo da pesquisa circunscreve-se a esta região, mas limita-se ao assentamento 8 de Junho.

Atualmente neste assentamento moram cerca de 80 famílias, tendo aproximadamente 40 jovens inseridos em unidades de produção familiar. Destas famílias, trabalhou-se com uma amostra de 8 jovens, com idade entre 16 e 29 anos, que ainda residem no campo e produzem de forma convencional ou agroecológica. Considerando a impossibilidade de fazer a pesquisa com 100% dos jovens, considerou-se uma suficiência amostral e 20%. Assim, nessa pesquisa foram entrevistados 8 jovens, 4 produzindo de forma convencional e outros 4 de forma agroecológica. A escolha dos entrevistados foi intencional, na qual a seleção desses partiu de informantes-chaves, lideranças do assentamento indicavam possíveis jovens a serem trabalhados, uma vez que os jovens selecionados estivessem diretamente envolvidos com o tema central desse estudo. Isso permitiu analisar a opinião dos entrevistados sob diversos fatores estabelecendo um diálogo, onde procurei extrair das suas falas respostas às questões propostas para esta pesquisa.

A pesquisa se divide nas seguintes etapas. A primeira consistiu-se em revisar a bibliografia atual sobre o referencial teórico dos conceitos: jovem, campo, êxodo rural, agricultura familiar, reforma agrária.

Na segunda etapa foi elaborado um roteiro de entrevistas em forma de questionários e a realização de uma aplicação piloto desse instrumento com alguns jovens do assentamento.

Na Terceira etapa realizou-se o estudo e a transcrição do material coletado com os sujeitos da pesquisa. Os dados empíricos foram obtidos por meio de questionários aplicados dentro desta amostra no formato de entrevistas gravadas para posterior transcrição e análise. As questões principais abordadas foram: O que produz a unidade produtiva? O que leva o jovem a produzir de forma convencional ou agroecológica? Quais as dificuldades e problemas encontrados em cada matriz produtiva? O que pensa sobre o campo e a cidade? Quais os motivos em permanecer ou não no campo? Estuda? Conhece políticas públicas para agricultura? Sabe o que é ATER?

Na quarta etapa fez-se a análise e interpretação qualitativa dos dados que foram realizadas pela relação entre as principais categorias teóricas definidas pela pesquisa bibliográfica e as categorias obtidas nas entrevistas. Por fim, a última etapa

consiste na apresentação dos resultados da pesquisa para o Curso de Agronomia como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

O texto do TCC foi organizado em 4 (quatro) capítulos para melhor sistematizar as questões propostas nesta pesquisa. O capítulo 1 é um aprofundamento da contextualização da pesquisa e a apresentação do referencial teórico com base nos conceitos: juventude, campo, êxodo rural, agricultura familiar e reforma agrária. Também neste capítulo descreve-se o referencial teórico com discussão de autores vindos do campo das ciências agrárias, tais como, Miguel Altieri; Roberto Francisco Caporal; José Graziano da Silva; Gerd Sparovek; e do campo da sociologia, como Maria José Carneiro e Alberto Melucci que desenvolvem o conceito de juventude, Ricardo Abramovay um grande estudioso na área do desenvolvimento e sociologia rural, Gerd Sparovek e Rosangela Pezza Cintrão os quais analisam alguns conceitos sobre a importância da reforma agrária para o desenvolvimento da agricultura familiar.

O capítulo 2 conta a história do Assentamento 8 de Junho, traça o perfil dos jovens entrevistados, tanto o aqueles que trabalham no modo de produção ecologicamente sustentável, os agroecológicos, como aqueles que estão na agricultura convencional, os convencionais. Nesse capítulo busca-se identificar e analisar as causas possíveis da evasão dos jovens do meio rural.

O Capítulo 3 busca responder os objetivos propostos pela pesquisa e fazer uma análise dos dados das entrevistas, identificando as diferentes perspectivas do jovem rural sobre o campo. Nesse capítulo faz-se uma descrição das diferentes realidades vivenciadas pelos jovens na agricultura agroecológica e na agricultura convencional.

No capítulo 4 faz-se uma análise sob o papel do agrônomo, da Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e da agroecologia na permanência dos jovens no campo. Analisando se as políticas públicas de ATER desenvolvidas na região estão servindo como “garantia” de permanência do jovem no campo e portanto, da continuidade da agricultura familiar.

CAPÍTULO 1 - JUVENTUDE RURAL E AGROECOLOGIA NO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA DA PESQUISA

A discussão teórica da presente pesquisa está ancorada no universo conceitual que serve de base para a análise das questões e das variáveis colocadas para reflexão da permanência ou não do jovem no campo.

1.1.1 O papel do jovem na agricultura

A definição do termo 'juventude' não é um consenso, tanto na literatura, quanto entre os movimentos sociais. Diversas são as concepções sobre o termo juventude.

De acordo com o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/13), são consideradas “jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade”.

A definição de jovem pode ser compreendida levando em consideração dois critérios: - Jovem é aquela pessoa que se encontra na fase de preparação para o ingresso no mercado de trabalho e que ainda não constitui unidade familiar via casamento, ou seja, é aquela pessoa que ainda reside com sua família e de alguma forma ainda é dependente dos mesmos. Na realidade, ser jovem corresponde também a uma autorrepresentação, ou seja, jovem é o indivíduo que se encontra em uma fase caracterizada pela discrepância entre o projeto de vida vislumbrado e as atividades em realização (CARNEIRO, 1996, p. 2).

Para Weisheimer (2009, p. 54) define 3 faixas etárias do que entende ser o período de transição dessa categoria social, os “jovens adolescentes” – completam-se as mudanças fisiológicas, os “jovens” – maturidade biológica e social, e os “jovens adultos” – plena maturidade, consolidação profissional e início da constituição de família.

Carneiro (1996, p.1) considera que há um entendimento de juventude como sendo o conjunto de indivíduos que se encontra em fase de preparação para o mercado de trabalho. Segundo a autora, constrói-se, assim, uma definição mais voltada para o jovem urbano. Diferentemente do urbano, o jovem rural, desde muito

cedo (muitas vezes já na infância), começa a desenvolver atividades voltadas à produção na unidade familiar na condição de aprendiz de agricultor. Isso os torna adultos precoces, já que passam a ser enxergados unicamente através da ótica do trabalho. No entanto, há uma divisão social do trabalho, onde a valorização do trabalho do jovem não é no mesmo nível que dos adultos (pais).

De acordo com Carneiro (1996, p.2) muitos jovens, quando completam a maioridade, se vêem obrigados a saírem do campo. Essa saída ocorre principalmente pela falta de uma autorrepresentação identitária como “jovens rurais”. Muitos se negam a continuar no campo e vêem a cidade como o melhor local para construir essa nova identidade pessoal. É constituída, assim, uma ilusão da possibilidade e encontrar na cidade melhores condições de vida. Porém, não é abandonado seu compromisso familiar ou o sentimento de pertencimento à localidade de origem. Dessa forma, esses jovens, convivem com uma dualidade. Se, por uma lado, mantêm vínculo com os laços da cultura de origem, pelo outro, vêem sua auto-imagem refletida no espelho da cultura urbana. Já os jovens que se mantêm na agricultura, à medida que começam a entrar em uma fase mais adulta, muitas atividades passam a ser de caráter “individualizadas” frente ao grupo familiar. Isso expressa um desejo de desenvolvimento/progresso nas suas próprias condições de vida.

Sendo assim, a relação que os agricultores desenvolvem com a terra, é uma relação que começa a ser estabelecida ainda quando criança e que vai se consolidando nas fases posteriores de sua vida. Quando criança, começa a desenvolver algumas brincadeiras e atividades que exigem pouco esforço físico. Essas brincadeiras servem como uma espécie de reprodução da imagem que as crianças têm de seus pais, ou seja, as crianças passam a reproduzir funções desenvolvidas pelos seus pais para se sentir inseridos no sistema como agricultores. Na medida que vão crescendo, começam a assumir mais atividades, atuando de forma coadjuvante (de seus pais) nos trabalhos produtivos. Na transição para a fase adulta, muitos problemas começam a aparecer, influenciando sua possível permanência no campo. Dessa forma é construída a visão do campo como um local de poucas oportunidades e sem perspectivas para constituição de uma família.

Assim se configura o processo de formação de um agricultor familiar ou camponês, no início sendo estimulado a reproduzir atividades ligadas ao campo e mais tarde absorvendo as ilusões postas pela sociedade urbana, onde apenas as

idades são capazes de oferecer um desenvolvimento equitativo de suas condições de vida.

1.1.2 Agricultura familiar e Campesinato

A agricultura familiar consiste em um meio de organização das produções agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola que são gerenciadas e operadas por uma família e predominantemente dependente de mão-de-obra familiar, tanto de mulheres quanto de homens. De acordo com a Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, também conhecida como Estatuto da Terra, a propriedade familiar é um:

[...] imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros. (Lei nº 4.504/64).

A agricultura familiar brasileira é responsável por grande parte da comida que chegam até nossas mesas, produzindo cerca de 70% dos alimentos consumidos em todo o País. Estabelecendo um decisivo papel na cadeia produtiva que abastece o mercado interno: mandioca (87%), feijão (70%), carne suína (59%), leite (58%), carne de aves (50%) e milho (46%) são alguns grupos de alimentos produzidos principalmente por agricultura familiar. Mesmo com esse destaque na produção de alimentos, ainda é fortemente marginalizada frente à agricultura patronal. Dados mostram a discrepância entre uma e outra, do total de cerca de 5 milhões de estabelecimentos existentes no País, 4,3 milhões são de agricultura familiar (84%) e 807 mil (16%) são de agricultura não familiar ou patronal. Os pequenos ocupam 12,3 milhões de pessoas (74%) e os grandes, 4,2 milhões (26%). Em termos de área, a agricultura familiar ocupa apenas 80,3 milhões de hectares (24%), enquanto o agronegócio domina 249,7 milhões de hectares (76%) (MDA, 2009).

De acordo com Dotto (2011, p. 19 apud FAO/INCRA, 1995) a agricultura familiar contempla um universo extremamente heterogêneo, com perfis e tipologias que as diferenciam uma classe da outra, são elas;

- “Agricultura familiar “consolidada ou capitalizada” – são produtores com certo capital, suficiente para subsidiar sua produção, detendo infraestrutura e maquinário que lhes conferem boa produtividade.
- Agricultura familiar “de transição ou em vias de capitalização” – são produtores que devido a sua renda tem dificuldade no acúmulo de capital

para investir em sua produção. Dependendo de suas condições, podem se consolidar ou sucumbir à descapitalização. Esses produtores mantêm apenas uma segurança quanto ao bem-estar da família.

- Agricultura familiar “periférica ou descapitalizada” – esses produtores não possuem qualquer capital, tanto para produzir, como para manter segura sua família e recorrem geralmente a trabalhos assalariados, permanentes ou temporários.

Para Santos (2011, p.3) a família constitui o agente principal na tomada de decisões na unidade produtiva, sendo responsabilidade de todo o grupo familiar a colaboração/intervenção das mudanças que possam vir a ocorrer, estando de acordo com as capacidades e necessidades da mesma. O produtor é considerado camponês quando sua produção é de origem familiar, decidindo e agindo em função da garantia de reprodução e sustento familiar. Tendo como objetivo central a produção de alimentos que atenda a demanda do grupo familiar, sendo comercializado apenas o excedente produzido. Quando essa perspectiva se dá de forma inversa, quando a racionalidade de uma unidade produtiva é a acumulação totalmente pautada no lucro, ela não é camponesa.

Para Abramovay a definição de agricultura familiar, envolve múltiplas definições, destacando a importância do jovem para configuração da unidade produtiva.

O que caracteriza a agricultura familiar neste sentido é que o pelo exercício profissional por parte das novas gerações, mais que o aprendizado de um ofício, a gestão de um patrimônio imobilizado em terras e em capital. Desenvolvido a partir do trabalho de toda família (ao qual o jovem incorpora desde criança) este patrimônio possui um duplo conteúdo social: por um lado ele é a base material de um negócio mercantil e por outro é sobre ele que repousa não só a manutenção, mas a própria organização da vida familiar. (ABRAMOVAY, 1998, p. 18).

A família camponesa se caracteriza pela garantia continuada de reprodução social da família. Tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta como forma de resolver seus problemas reprodutivos a partir da produção rural, extrativista, agrícola e não agrícola. Onde os trabalhos desenvolvidos na unidade produtiva são realizados por todos os membros da família, assim como as atividades organizativas são geridas por todo o grupo familiar. Sendo a reprodução social da unidade de produção agrícola não movida pelo lucro, mas sim pela crescente melhoria das condições de trabalho e vida da família (SILVA, 2014, p.22).

A agricultura campesina é uma das formas de produção agrícolas mais antigas do mundo. Esta forma de produção existe desde a idade média, a forma de plantar os seus alimentos, a forma da sua produção que permanece até os dias atuais, sendo por muito tempo a única forma de produzir alimentos. Entretanto, historicamente os espaços dos camponeses tiveram que se transformar, principalmente a partir da década de 1970 com a modernização da agricultura, passaram a ter novos usos e, com isso, configurar territórios com diferentes interesses, tornando-se territórios de disputa (FIGUEIREDO, 2007, p.8).

A agricultura campesina se sustentou durante anos, como uma forma de produção extrativista, voltada basicamente para o sustento da família, e desenvolvida pelo grupo familiar. Nos últimos anos essa relação de produção familiar e de base voltada para o próprio sustento, se transformou numa agricultura tecnificada, monopolizadora, destrutiva e excludente do homem no espaço rural. Essas mudanças viram acontecer principalmente num período pós guerra e com desenvolvimento da chamada “revolução verde”, intensificando o surgimento de um novo sistema de produção, voltada para o lucro e a produção em larga escala.

A principal diferença entre a agricultura camponesa e a agricultura empresarial, está relacionada ao capital ecológico ou natureza viva presente na agricultura camponesa, ou seja, a relação de “harmonia” estabelecida durante anos com a natureza se manteve nesse sistema. Por outro lado, a agricultura empresarial afasta-se progressivamente da natureza, colocando o homem como personagem de “dominância” na natureza, transformando a agricultura num sistema dependente de insumos, capital financeiro e fatores artificiais de crescimento, substituindo os recursos naturais. Modificando as formas de agricultura de cunho familiar, até então exercidos pela sociedade, numa agricultura industrializada e individualista (PLOEG, 2009, p.17).

Durante o período de ditadura militar brasileira (1964-1985), o termo camponês e campesinato foram drasticamente repreendidos e censurados. Nesse período as pessoas chegaram a ser proibidas em se declarar camponeses, algumas “ligas camponesas” chegaram a ter dirigentes presos, mortos ou exilados. Coincidindo com o período de ascensão da ditadura militar no país, surge a chamada “Revolução Verde” na década de 1970. Incentivada por um forte processo de propaganda e difusão, tinha como objetivos a facilidade de acesso a crédito, assistência técnica, ensino técnico, dias de campo, etc., com o propósito de

“ensinar” os camponeses a serem “modernos”, a assumirem novas técnicas. Este processo fez com que as famílias camponesas fossem perdendo sua identidade e autonomia, tornando-se cada vez mais dependes de crédito, de insumos, de assistência técnica e dos mercados (SILVA, 2014, p.15).

Com o desenvolvimento da agricultura empresarial no país, impulsionada pela revolução verde. Começa a ocorrer o declínio do campesinato e agricultura familiar, onde aqueles que conseguiam se adaptar as mudanças impostas pelo novo sistema continuavam produzindo, e os que não se adaptavam eram excluídos do sistema e obrigados a migrar para as cidades. Depois de vivenciar um dos mais graves problemas sociais do país, o êxodo rural, o governo começou a adotar algumas iniciativas de fomento a permanência do agricultor familiar no campo. Assim, reconhecendo o jovem como garantia de continuidade da agricultura familiar no país, algumas iniciativas de políticas públicas voltadas a esse público começaram a ganhar mais espaço.

1.1.3 Políticas públicas voltadas para permanência do jovem no campo

De acordo com o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica-PLANAPO, nos últimos anos têm-se à criação de instituições, políticas e programas específicos para os jovens situados no meio urbano e rural, ganhando atenção especial do Governo Federal. Foram constituídos diversos espaços de discussão de ações políticas direcionadas para a juventude rural, como o Comitê Permanente de Juventude Rural (CPJR) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condráf), e a partir de 2011, o Grupo de Trabalho em Juventude Rural (GTJR), da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ). Além desses espaços, ações, políticas e programas de âmbito federal têm sido direcionados para a juventude rural, como o Pronaf Jovem, o selo Nossa Primeira Terra (PNCF) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) (PLANAPO, 2013).

No que se refere às pautas e reivindicações de suas lutas, os movimentos camponeses e suas organizações de jovens têm incorporado as discussões relacionadas à preservação ambiental, à defesa da biodiversidade e das culturas locais, evidenciadas a partir do desenvolvimento rural sustentável e da agroecologia. Nos anos de 2011 e 2012, a juventude rural organizada em diferentes movimentos sociais apresentou suas demandas aos ministérios e à Secretaria Nacional da Juventude. A principal preocupação é a ausência de uma política integrada que atenda as necessidades mais imediatas da

juventude e que promova mudanças significativas no campo e na floresta. Desse modo, a implementação de uma política em agroecologia faz-se necessária para garantir condições sustentáveis de vida para a permanência e a viabilidade produtiva da juventude rural (PLANAPO, 2013).

Com relação às políticas públicas, o governo dispõe de algumas linhas que servem como alternativa de coibir a saída do jovem do campo, dentre elas podemos destacar: A consolidação do acesso a terra pela juventude rural, por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), a inclusão da juventude como público prioritário no Programa Nacional de Reforma Agrária, a ampliação das políticas agrícolas para a juventude, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) direcionado aos jovens, o PRONAF Jovem, e as chamadas específicas de ATER para a juventude, são exemplos.

O PRONAF jovem é uma das principais políticas públicas de acesso ao crédito, destinada aos jovens agricultores que fazem parte de uma unidade de agricultura familiar. É uma iniciativa criada pelo governo federal como forma de incentivo a permanência do jovem no campo. Podendo participar desse programa jovens agricultores familiares com idade entre 16 e 27 anos, que cursaram, cursam ou estejam em centros de formação por alternância de nível médio e/ ou cursos profissionais voltados para atividades agropecuárias. O valor do financiamento pode chegar a até R\$ 12.000,00 (doze mil reais), com juros de 1% a.a e o prazo de pagamento é de até 10 anos (com carência de até 3 anos ou 5 anos – conforme o projeto definir) (MDA, 2015).

Outra política de crédito esta intitulada ao PNCF, desenvolvido pela Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) do MDA (SRA/MDA). Criado para atender a uma antiga reivindicação do movimento sindical dos trabalhadores rurais. Tem como objetivo diminuir a pobreza no campo e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores rurais por meio da concessão de linhas de crédito para a compra de imóvel, investimentos em infraestrutura básica produtiva e desenvolvimento de projetos comunitários. Um exemplo de concessão de crédito adotado nesse programa é a linha de crédito “Nossa Primeira Terra” (voltada para jovens rurais de 18 a 24 anos (MDA, 2015).

Através dessa concessão de crédito “Nossa primeira terra”, muitos jovens têm acesso a financiamentos que possibilitem seu poder de compra de um determinado imóvel rural. Servindo como uma política pública incentivadora à permanência desses jovens, em especial do sexo masculino, a permanecer no meio rural e dar

continuidade ao desenvolvimento da agricultura familiar nesse país (TROIAN, 2009, p. 14).

Recentemente foram criadas algumas políticas públicas direcionadas a comercialização de produtos da agricultura familiar. Criadas pelo Governo Federal como forma de enfrentamento à fome e a pobreza no país e também como garantia do fortalecimento da agricultura familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), passaram a servir como um importante mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção (MDA, 2015).

Sobre as questões referentes às implantações de políticas públicas voltadas para os jovens inseridos no meio rural, ressalta-se a necessidade de implantação de programas adequados, como forma de estimular a participação e permanência destes jovens nas atividades do meio rural. Como exemplo, cita-se a ausência de políticas que fomentem o lazer e saúde na maioria das pequenas localidades rurais. Nota-se também a necessidade de desenvolver consolidadas políticas públicas de incentivo e suporte ao desenvolvimento de técnicas produtivas mais sustentáveis, que possam agir de forma integradora com essa classe social, a juventude.

1.1.4 Agroecologia na reforma agrária

O sistema convencional vem se apresentando como um sistema insustentável, sendo marcado por crises em seu sistema organizativo. Em oposição a essa forma de agricultura capitalista, vê-se a necessidade de desenvolver um novo modelo de agricultura, resgatando princípios e técnicas utilizadas antes do surgimento da “revolução verde”. Para que ocorra uma eficiente construção de uma nova agricultura de base ecológica, devem-se ter eficazes políticas públicas que favoreçam as famílias que estão dispostas a fazer a transição, mas que também apoiem aqueles atores sociais que vêm desenvolvendo esse processo junto aos agricultores familiares, como os movimentos sociais, as cooperativas e ONGs que trabalham junto à agroecologia (BROCH, 2009).

Apesar da crescente industrialização e individualização da agricultura no país, a base da agricultura ainda é formada por camponeses ou agricultores familiares, inseridos em complexos e diversificados sistemas agrícolas de pequena escala

(BEETS, 1990; NETTING, 1993; apud ALTIERI, 2012). Estima-se que nos países subdesenvolvidos localizados na África, Ásia e América Latina, possua em torno de 960 milhões de hectares de terra cultivados (culturas anuais e perenes), dos quais, cerca de 10 a 15% sendo geridos por agricultores tradicionais. A América Latina vem ocupando um lugar de destaque na concentração dessas famílias camponesas, com aproximadamente 75 milhões de pessoas, representando quase dois terços da população rural total do continente. Sendo marcada pela presença de fortes contrastes sociais, onde poucos concentraram e dominaram grande parte das terras produtivas desse continente (ALTIERI, 2012).

As transformações e manipulações impostas ao agricultor agiram de forma a desvalorizar sua capacidade de trabalho, modificando sua habilidade de conhecimento e manejo exercida sobre a natureza. Onde as Relações sócio-ambientais passam a ser orientadas pela lógica instrumental e mecanicista, resultando num sistema depredador das plantas e animais, e comprometedor dos recursos e ciclos naturais. Convertendo à agricultura e pecuária em uma fábrica industrial, movida pelo lucro e regulada pela organização técnico-científica e técnico-burocrático de produção em massa (CASTELLANO, 2010).

Partindo da racionalidade de restabelecer um sistema agrícola produtivo de cunho mais ecológico, sustentável e autossuficiente, é necessário levar em consideração alguns aspectos indispensáveis para sua eficiência, onde: o conhecimento/entendimento em torno da funcionalidade da natureza deve ser um dos princípios norteadores no manejo do agroecossistema. Sendo assim, a agroecologia emerge como uma disciplina que disponibiliza os princípios ecológicos básicos sobre como estudar, projetar e manejar agroecossistemas que sejam produtivos e ao mesmo tempo conservem os recursos naturais, sendo também culturalmente adaptados, socialmente justos e economicamente viáveis (ALTIERI, 2012).

Nesse processo de “sobrevivência” do homem no campo frente às imposições do sistema capitalista, cabe ao agricultor desenvolver técnicas adaptáveis as suas condições de produção que possibilite sua permanência no meio rural. Porém, sua permanência não é dependente apenas do desenvolvimento dessas novas tecnologias, é preciso principalmente quebrar e substituir paradigmas, rompendo barreiras conceituais do cartesianismo e positivismo. Extrapolando técnicas, envolvendo sujeitos num processo coletivo para construção do conhecimento, e

valorização da cultura e dos recursos naturais locais, em particular os das comunidades tradicionais (CAPORAL & AZEVEDO, 2011).

Em meio tantas transformações do espaço rural, a agroecologia vem se apresentando como uma possível alternativa de enfrentamento as crises e consequências negativas geradas pela agricultura em larga escala, e uma nova forma de ocupação do espaço rural. Com tantas mudanças no sistema produtivo, o rural se configura como um sistema “ecléctico” a todas essas mudanças, porém, essas alterações podem resultar em profundas alterações em âmbito social, ambiental e econômico em cada período de mudança.

1.1.5 O Rural

Diante de uma nova formação do espaço rural, Martignoni (2013, p.46) discorre sobre uma nova configuração da agricultura familiar brasileira. Marcada por profundas transformações sociais que resultaram na formação de duas frentes de saída a essas imposições dada pela “agricultura tecnificada”. Onde uma grande parcela perdeu parcialmente ou totalmente a terra e ao mesmo tempo sua identidade social, tendo que buscar sua sobrevivência nas cidades, ocorrendo o chamado êxodo rural. Outra parcela permaneceu no campo, e busca constantemente criar e participar de novas formas de organização da produção e reprodução social, com estratégias de resistência e recriação da vida no meio rural, buscando o estabelecimento de uma agricultura menos dependente e mais sustentável.

Segundo Graziano da Silva e Del Grossi (1999, p.170) essa nova configuração do rural, ocorre principalmente a partir dos anos 1980. Contribuindo para o desenvolvimento e estabelecimento de atividades rurais não agrícolas, fortalecendo para um processo de pluriatividade no interior das famílias rurais. Esse “Novo Rural” pode ser resumido em três grandes grupos de atividade:

- Agricultura baseada em *commodities*, intimamente ligada a agroindústrias e agropecuária moderna, produção em larga escala, dependência de insumos e agroquímicos e tendo o mercado externo como fonte regulatória desse sistema;
- Conjunto de atividade não agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer, e à atividades industriais e de prestação de serviços. Uma atividade que vem se destacando é o turismo rural, cada vez sendo mais buscado pelo homem urbano.

- “Novas” atividades agropecuárias, destinadas a nichos especiais de mercado (criação de animais e vegetais exóticos);

A existência de um rural dinâmico pressupõe a necessidade de formar um rural diversificado, de forma a privilegiar as variadas formas de produzir e reproduzir o modo de vida no campo. Configurando um espaço que seja capaz de atender as relações sociais, que envolva trabalho, lazer, convivência, onde seja possível expressar a sua cultura e que defina uma identidade de homem do campo (MARTIGNONI, 2013, p.45).

Nessa nova perspectiva de configuração do espaço rural, surgem os assentamentos rurais de reforma agrária. Com a premissa de modificar a estrutura agrária de um país, ou região, com vista a distribuir de forma mais equitativa a terra e a renda agrícola. Reduzindo o poder dos grandes latifundiários e melhorando redistribuição de renda onde esses assentamentos são desenvolvidos (RAMIRO, 2008, p.22).

1.2 O QUE SÃO ASSENTAMENTOS?

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o órgão responsável pela reforma agrária no Brasil. Em seu perfil institucional consta que a:

Reforma agrária é o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção. (INCRA, 2010).

O INCRA tem como objetivo através da reforma agrária promover de maneira justa e sistematizada a redistribuição e reordenamento de terras denominadas públicas, estabelecendo a consolidação dos assentamentos rurais (INCRA, 2009). Representando aos trabalhadores rurais o direito de uso da terra e a garantia de promover o desenvolvimento da agricultura familiar, servindo também como garantia de retorno de muitas pessoas que um dia foram agricultoras. De acordo com Dotto (2011) os “assentamentos rurais, através da redistribuição das terras, configuram novos espaços de vida e trabalho, de sociabilidade e reprodução familiar, e de produção e geração de renda, agora através da propriedade agrícola”. (DOTTO, 2011, p.22).

[...] reforma agrária um processo amplo e imediato de redistribuição da propriedade da terra com vistas à transformação econômica, social e política do meio rural, com reflexos no conjunto da sociedade. Isso significa que o número de beneficiários do processo deve ser compatível com o universo dos trabalhadores rurais sem ou com pouca terra, e deve realizar-se num período, relativamente curto, de tal sorte que a atual geração seja alcançada. (GOMES DA SILVA 1971, apud SPAROVEK 2003, p.8).

De acordo com Sparovek (2003, p.22) um efetivo programa de reforma agrária, vem a ter repercussões que extrapolam os limites do campo, atingindo toda a sociedade e envolvendo os seus mais diversos setores. Os impactos podem ocorrer sobre os pontos de vista econômico, social e político:

- Econômicos: Ao incorporar terras, que se encontram ociosas, ao processo produtivo da agricultura, a reforma agrária tem os seguintes impactos de natureza econômica; criação direta e indireta de empregos a baixo custo; aumento da oferta de alimentos e matérias primas para o mercado interno; obtenção de divisas; aumento da arrecadação tributária.
- Sociais: Pode-se citar inúmeros impactos sociais com a reforma agrária, como; melhoria da qualidade de vida; redução da imigração rural-urbana; redução dos problemas urbanos decorrentes do crescimento das cidades; redução da mão-de-obra de reserva nas cidades; estabilidade familiar; manifestações culturais com resgate dos valores culturais e que fortaleçam os laços familiares;
- Políticos: Sobre os trabalhadores que têm acesso à terra, quanto sobre os latifundiários, cujas terras são desapropriadas. (SPAROVEK, 2003, p.22).

A reforma agrária é um ato social que começa com a organização de acampamentos e que a partir das negociações com o governo os acampamentos se transformam em assentamentos onde cada família recebe uma concessão do uso da terra, por meio de uma certidão emitida pelo INCRA. Os assentamentos são divididos em lotes, de tamanhos variando conforme a região de desenvolvimento do assentamento.

Já a pequena propriedade familiar rural corresponde de acordo com a Lei nº 11.326/06, sendo assim definida:

- Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:
- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
 - II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
 - III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL. Lei nº 11.326 de 24, de Julho de 2006).

De acordo com o Estatuto da Terra - Lei nº 4504/64, “a Reforma Agrária é o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção” (BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964).

Reforma agrária vem a ser um processo que objetiva dar acesso à posse da terra e aos meios de produção para os trabalhadores rurais que não a possuem ou possuem apenas em pequena quantidade, servindo como promoção do desenvolvimento e da continuidade da agricultura familiar. Apesar da reforma agrária ser um programa executado no campo, é capaz de impactar outros espaços, além do rural, ocorrendo transformações em âmbito social, político e econômico em uma determinada nação ou região. De uma forma geral resultando em impactos positivos em diferentes segmentos de uma sociedade, principalmente relacionado as melhorias das condições de vida ao desenvolvimento regional local (SPAROVEK, 2003, p.5).

Com o propósito de buscar a conversão de grandes áreas de terra (monocultivos) em áreas de agricultura familiar (diversificadas), visando o desenvolvimento de um rural sustentável. A reforma agrária se constitui como uma política pública apoiada pelo movimento agroecológico nacional. Assim, os movimentos sociais de luta pela terra, em especial o Movimento dos Sem Terra-MST, trazem a agroecologia como um de seus princípios de estruturação técnica econômico, evidenciando novas estratégias produtivas sustentáveis na garantia de permanência do homem no campo (CINTRÃO, 2010, p.41).

Um dos principais movimentos sociais de luta pela terra, o MST, surge a partir da reunião de vários movimentos populares de luta pela terra. Fundada no ano de 1984, na cidade de Cascavel-PR, qual sediou o Primeiro Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Atualmente, o movimento está distribuído em quase todo território nacional, presente em 23 dos 26 Estados da federação. Configurando cerca de 1,5 milhão de pessoas assentadas ou em fase de acampamento (COMPARATO, 2001).

Com uma pressão cada vez maior do MST frente ao processo de reforma agrária e de redistribuição de renda, muitos assentamentos foram criados a partir de

sua fundação. No Território da Cantuquiriguaçu, por ser uma área marcada pela presença de muitos latifúndios, passou a ser uma região conhecida pela crescente luta de direito a posse da terra e desenvolvimento da agricultura familiar. Onde na década de 90 começam a acontecer as primeiras ocupações nessas áreas de latifúndios

No ano de 1996, ocorre a ocupação do latifúndio Giacometti-Marodin com mais de 96 mil hectares de área, onde três mil famílias sem terras travam uma longa e dura batalha de luta pelo direito da terra, este seria apenas o início de uma extensa luta de desapropriação desse terreno. Sendo desapropriada apenas uma parte desse terreno para reforma agrária. Sucessivas ocupações em torno dessa área passaram a ser mais frequentes e novas áreas de assentamento passam a ser criadas onde antes era um imenso latifúndio. Hoje abrigando em torno de três mil famílias produzindo alimentos de forma familiar (CEZIMBRA, 2013).

Dados do INCRA mostram que até o ano de 2014 o Brasil teve um total de 1.320.463 famílias assentadas. O Paraná se destaca como o estado do sul com maior número de famílias assentadas chegando até 2014 com um total de 32.559. Na região da Cantuquiriguaçu esse número chega a 4.204 famílias assentadas (INCRA, 2015).

De acordo com Coca (2013, p.8) dos 20 municípios pertencentes ao território Cantuquiriguaçu, 14 deles possuem assentamentos rurais. Dentre estes municípios que possuem assentamentos, o que possui o maior número é Goioxim, com 11, seguido por Cantagalo e Candói, com 5 cada. No entanto, quando se refere a número de famílias assentadas, Rio Bonito do Iguaçu se destaca com o maior número, sendo 1.574 famílias assentadas, ocupando uma área de 27.982 hectares, o que caracteriza a maior área reformada do país.

O Censo Agropecuário (IBGE, 2006) revelou que a concentração na distribuição de terras permaneceu praticamente inalterada nos últimos vinte anos, embora tenha diminuído em 2.360 municípios. Nos Censos Agropecuários de 1985, 1995 e 2006, os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares ocupavam 43% da área total dos estabelecimentos agropecuários no país, enquanto aqueles com menos de 10 hectares ocupavam, apenas, 2,7% da área total. Focalizando-se o número total de estabelecimentos, cerca de 47% tinham menos de 10 hectares, enquanto aqueles com mais de 1.000 hectares representavam em torno de 1% do total dos estabelecimentos agropecuários. (IBGE, 2006).

A agricultura familiar representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros, com 4.367.02 unidades produtivas familiares, ocupando uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área total das terras cultiváveis. Enquanto a agricultura não familiar ocupa 75,7% dessas áreas cultivadas, representando apenas 15,6% dos estabelecimentos agropecuários. Com esses resultados percebemos o quando a estrutura agrária brasileira ainda é concentrada, onde a minoria mais rica detém os rumos de desenvolvimento da agricultura no país (IBGE, 2006).

De acordo com Engelmann (2012, p.2) a estrutura agrária brasileira continua concentrada, sendo uma das mais concentradas do mundo. Determinada pela classe dominante e aliado a vários grupos dominantes hegemônicos, atuando juntas de forma a impedir qualquer política de democratização fundiária. Como forma de resistência, os movimentos sociais de luta pela terra vem “lutando” de forma significativa pela reforma agrária, porém, necessitando de uma política governamental estratégica para a realização de uma reforma agrária que modifique a estrutura concentradora de terra no país e gere desenvolvimento no campo.

CAPÍTULO 2 - JUVENTUDE RURAL NO ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO

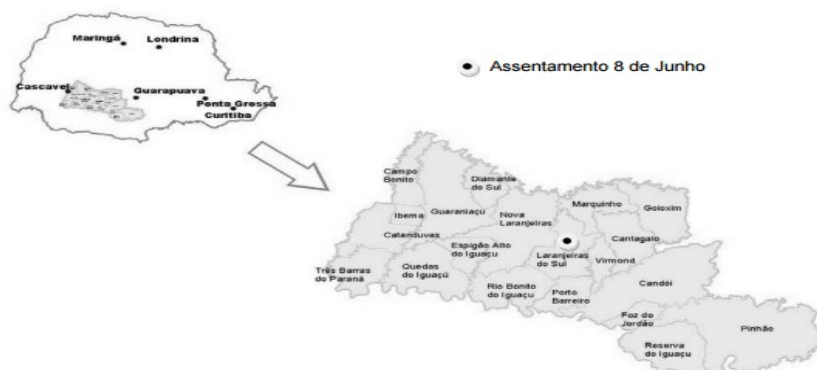
Este capítulo está dividido em três etapas: na primeira etapa pretende-se discorrer sobre o Assentamento 8 de junho, descrevendo sua história e sua importância social e econômica na região onde está inserido. Na segunda parte do capítulo, objetiva-se traçar o perfil dos entrevistados, identificando as principais diferenças entre os jovens agricultores convencionais dos agroecológicos. Por fim, a terceira etapa discorre sobre as atividades produtivas desenvolvidas por esses jovens dentro da unidade produtiva.

1.3 O ASSENTAMENTO 8 DE JUNHO

O Assentamento 8 de Junho está localizado no município de Laranjeiras do Sul, qual faz parte do Território da Cantuquiriguaçu, sendo esse um território restringido entre as regiões Oeste e Centro-Sul do Estado do Paraná. Atualmente é composto por vinte municípios. A sua área territorial total abrange 13.959,744 km², o qual corresponde cerca de 7% do território estadual. A população total do território é de 232.551 habitantes aproximadamente 2,2% da população do Estado, desse total cerca de 46% vive no campo. O nome do território deriva da junção dos três rios existentes nas suas fronteiras geográficas, por ser delimitado ao Oeste pelo rio Cantu, ao Norte pelo rio Piquiri, e na fronteira Sul pelo rio Iguaçu, daí vem a origem do nome Cantuquiriguaçu (CONDETEC, 2011).

Conforme figura 1:

Figura 1: Localização do Território Cantuquiriguaçu – Paraná



Fonte: IPARDES (2007).

O Território Cantuquiriguaçu (PR), é uma região marcada pela presença do protagonismo dos movimentos socioterritoriais nas tomadas de decisões sobre as políticas de desenvolvimento adotadas no Território. Possui uma diversidade de atores sociais, como camponeses com terra, os pequenos agricultores, sem-terra, indígenas, atingidos por barragens e comunidades quilombolas (CONDETEC, 2009).

[...] nessa região localizam-se “quarenta e nove assentamentos rurais com 4.426 famílias num universo de vinte mil famílias de agricultores. Nos últimos anos, tem-se implantado no Território iniciativas ligadas à agroecologia e ao desenvolvimento regional, geralmente impulsionada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), com apoio da associação de movimentos sociais o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO). Esses atores sociais têm empregado recursos financeiros e humanos de forma continuada visando à conversão da matriz produtiva da região. (CHRISTOFFOLI, 2014, p.1).

Tabela 1: Caracterização dos assentamentos do Território Cantuquiriguaçu - Paraná

Município	Assentamentos	Área em ha	Famílias Assentadas
Campo Bonito	3	4.352	137
Candói	5	3.599	238
Cantagalo	5	6.259	152
Catanduvas	1	1.401	44
Espigão alto do Iguaçu	1	413	23
Goioxim	11	7.208	284
Laranjeiras do Sul	3	2.267	118
Marquinho	1	176	7
Nova Laranjeiras	3	3.436	219
Pinhão	4	5.966	197
Porto Barreiro	0	0	0
Quedas do Iguaçu	3	25.575	1.042
Reserva do Iguaçu	3	4.329	95
Rio Bonito do Iguaçu	3	27.982	1.574
Três Barras do Paraná	3	2.189	74
Território da Cantuquiriguaçu	49	95.522	4.204
Paraná	327	428.070,71	18.774

Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, 2007. Org.: Rodrigo Novakoski.

Com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM, todos os municípios pertencentes ao Território ainda se encontram abaixo da média nacional e estadual, de acordo com último senso nacional, o IDHM do Brasil em 2010, era de 0,730, e, o do Paraná, de 0,749, ambos na faixa de médio desenvolvimento humano. O município que mantém o melhor desempenho de no território IDHM em

2010 é Virmond, com valor de 0,722, e o pior desempenho é de Diamante do Sul com IDHM de 0,608 (IBGE, 2010).

Tabela 2: Comparação do IDHM do Território Cantuquiriguaçu entre os anos de 1991, 2000 e 2010

Município	IDHM		
	1991	2000	2010
Campo Bonito	0,371	0,512	0,681
Candói	0,309	0,509	0,635
Cantagalo	0,334	0,516	0,635
Catanduvás	0,421	0,569	0,668
Diamante do Sul	0,332	0,488	0,608
Espigão Alto do Iguaçu	0,319	0,529	0,636
Foz do Jordão	0,363	0,516	0,645
Goioxim	0,227	0,446	0,641
Guaraniaçu	0,398	0,575	0,677
Ibema	0,374	0,531	0,685
Laranjeiras do Sul	0,464	0,598	0,685
Marquinho	0,228	0,433	0,614
Nova Laranjeiras	0,298	0,528	0,642
Pinhão	0,360	0,526	0,654
Porto Barreiro	0,327	0,544	0,688
Quedas do Iguaçu	0,420	0,593	0,681
Reserva do Iguaçu	0,490	0,554	0,648
Rio Bonito do Iguaçu	0,319	0,466	0,629
Três Barras do Paraná	0,402	0,568	0,681
Virmond	0,380	0,572	0,722
Média IDHM da Cantuquiriguaçu	0,357	0,529	0,659
Paraná	0,711	0,787	0,749
Brasil	0,696	0,766	0,730

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e estatística - IBGE, Censo 2010. Org.: Rodrigo Novakoski.

No dia oito de Junho de 1997 iniciava um processo de luta pela reforma agrária no município de Laranjeiras do Sul, onde dezenas de famílias contestavam o direito de posse de uma área denominada “improdutiva”. Estabelecendo uma longa luta encabeçada por famílias camponesas na busca por um “pedaço” de terra, que possa lhe servir como moradia e fonte geradora de renda e alimentos . Uma luta que não se esgotaria apenas com a conquista da terra, mas que continuaria seu curso lutando por melhores condições de desenvolvimento social e de vida. Assim, se consolidou o desenvolvimento do Assentamento 8 de Junho (MARTIGNONI, 2013, p.63).

O acampamento que num primeiro momento receberia o nome de “Acampamento Rio do Leão” e que por um certo período de tempo representaria o nome desse assentamento, passou a se chamar assentamento 8 de junho, referindo-se a data histórica do acampamento como nome do assentamento. No espaço localizado às margens da BR 158, onde aconteceu as lutas dos camponeses sem terra, hoje se situa a sede da comunidade, é um espaço que simboliza lutas e conquistas.

O acampamento Rio do Leão, que inicialmente se previa um espaço curto de acampamento acabou se prolongando por um longo período de tempo, o qual se imaginava que seria uma conquista dada em poucos meses se estendeu por longos quatro anos de luta pelo acesso à terra. Durante esse período muitas dificuldades foram vividas por essas famílias, famílias separadas, pois nem todos os membros vinham para o acampamento, a constante disputa com os fazendeiros, as dificuldades com a alimentação, a saúde, a educação entre outros. (MARTIGNONI, 2013, p.64).

Nessa área ocupada, foram assentadas 74 famílias. Provenientes de municípios vizinhos a Laranjeiras do Sul, da região Sudoeste do PR, do Estado de Santa Catarina e também do Paraguai. Atualmente abrigando 71 famílias assentadas, visto que três lotes foram concedidos para construção do *campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, sendo essas três famílias realocadas para o assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu. Essa realocação ocorreu em consentimento entre todas as partes envolvidas, (INCRA e famílias realocadas). (CEZIMBRA, 2013, p.71).

O assentamento 8 de Junho está próximo ao *Campus* da UFFS, o qual tem cursos na área das Ciências Agrárias, voltados principalmente para o desenvolvimento regional. A Universidade vem desenvolvendo uma série de estudos e pesquisas voltados ao fortalecimento e desenvolvimento dessas famílias assentadas. Sendo esse *Campus* um exemplo do protagonismo dos movimentos socioterritoriais na luta pelo campo educacional.

De acordo com Martignoni (2013) em sua pesquisa realizada no Assentamento 8 de Junho sobre as formas de lazer na comunidade, destaca os dados relatados sobre as principais práticas de lazer desenvolvidas na comunidade, salientando o desenvolvimento de algumas práticas tradicionais às famílias, que ainda se mantém em todas as faixas etárias, como é o caso da festa da comunidade, do futebol e do baile. Por outro lado, algumas práticas de lazer como visitas entre famílias e pescaria

mostram uma tendência de queda nas novas gerações. Outra consideração que pode ser extraída dos dados, diz respeito ao surgimento de novas práticas, que não faziam parte da tradição familiar em gerações anteriores, como a internet e a própria TV (MARTIGNONI, 2013, p. 86 a 89).

Outro fato que deve ser destacado é a presença de pluriatividade nesse assentamento, onde muitos jovens apenas residem com sua família no lote e buscam sua renda ou sua complementação fora do lote. Geralmente buscando empregos nas cidades vizinhas, Laranjeiras do sul e Rio Bonito do Iguaçu, ou em indústrias próximas ao Assentamento, outra fonte que vem absorvendo grande parte da mão de obra desses jovens assentados é a Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho – COOPERJUNHO, uma cooperativa criada por agricultores do Assentamento, a qual está em crescente desenvolvimento e demanda por trabalho, privilegiando o emprego de trabalhadores do Assentamento.

A COOPERJUNHO atualmente vem sendo uma das principais organizações comunitárias do Assentamento. Ela teve origem a partir da organização de um grupo de mulheres em “clube de mães”, que vinham realizando uma série de cursos tais como processamento e aproveitamento de alimentos, corte e costura, panificação e artesanato. Aos poucos foram se especializando e se estruturando, até que no ano de 2005 o grupo recebeu equipamentos para uma cozinha comunitária da Secretaria Estadual do Trabalho. Iniciando sua produção com três mulheres, que além de produzirem para o consumo da comunidade, começaram a entregar os produtos para as escolas municipais, e foi assim através da Associação Comunitária do Assentamento acessaram pela primeira vez o PAA. Rapidamente a padaria conseguiu evoluir alcançando um volume de trabalho maior, abrangendo oito mulheres no ano de 2006. No dia 12 de dezembro de 2007 foi constituída a COOPERJUNHO. A cooperativa tem definido como seus princípios: direção coletiva, desenvolvimento social, formação, capacitação e organização dos associados(as), sustentabilidade, igualdade, agroecologia (COOPERJUNHO, 2015).

A escolha de se desenvolver a pesquisa no Assentamento 8 de Junho, se deu por vários motivos, entre os quais: o fato de ser um assentamento jovem com apenas dezessete anos de criação, possibilitando ter uma amostra de jovens que nasceram antes da criação do assentamento, na fase de acampamento e jovens que nasceram quando o assentamento já havia se consolidado, permitindo se fazer uma análise diferenciada sobre esses jovens. Por ser um assentamento que se apresenta em

condições favoráveis para seu desenvolvimento, pois está próximo ao *Campus* universitário, tem uma Cooperativa organizada, e com agricultores produzindo de forma agroecológica. Fatores que possibilitam verificar se estão contribuindo para a permanência do jovem no campo. Outro motivo que levou a desenvolver a pesquisa nesse assentamento é a sua proximidade da UFFS, facilitando a obtenção dos dados de campo.

1.4 O PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Foram selecionados oito jovens para amostragem da pesquisa, com idade entre 16 e 29 anos. Estes foram divididos em duas amostras, um grupo de quatro jovens de unidade de produção convencional (dois rapazes e duas moças) e outro grupo de quatro jovens de unidade de produção de base agroecológica (quatro moças). Estes entrevistados possuem idade entre 16 e 25 anos. Todos entrevistados possuem ensino médio recém concluído ou em fase de conclusão. Destes, dois já iniciaram o curso de graduação na universidade federal da região. A divisão desses jovens em grupos de acordo com a matriz produtiva tem como objetivo analisar as diferentes perspectivas de permanência do jovem no espaço rural, verificando se há distinções entre os sistemas no que diz respeito à permanência do jovem do campo. Para preservar o anonimato dos jovens entrevistados foram denominados nomes fictícios.

1.4.1 Quem são os jovens “agricultores agroecológicos”?

Maria é uma das jovens entrevistadas que está produzindo de forma agroecológica, obtendo certificação desde 2012. Ela tem 17 anos, está concluindo o 3º ano Ensino Médio, e mora com seu pai e sua mãe. Nos períodos do dia ou do ano em que não estuda, ajuda a família nas atividades desenvolvidas no lote, principalmente na produção de morango e na ordenha das vacas. Aos sábados trabalha na comunidade para a Cooperativa e nas quintas-feiras trabalha na feira de produtos agroecológicos na cidade, de onde tira parte de sua renda. A família de Maria é uma das que fez parte do início da consolidação do acampamento Rio do Leão.

Ana é outra jovem que produz de forma agroecológica, com certificado desde 2010. Tem 23 anos, está concluindo o curso de graduação em Engenharia de Alimentos na UFFS. O seu grupo familiar é composto apenas pelo pai e mãe e sobre o trabalho no lote salienta que:

[...] atualmente, por estar concluindo meu curso de Graduação, não consigo dedicar e me envolver em muitas atividades do lote. Às vezes trabalho na horta e ajudo na feira. Quando eu não estudava me dedicava mais às atividades do lote, fazia feira toda semana para ter minha renda. No início da Graduação trabalhava na Cooperativa desenvolvendo algumas atividades burocráticas [...]. (MARIA, Outubro de 2015).

A sua família também fez parte desde o início da criação do acampamento até sua consolidação.

Laura também está produzindo de forma agroecológica. Tem 24 anos, possui Ensino Médio completo. De seu grupo familiar fazem parte pai, mãe e três irmãos. Laura é uma das jovens que apenas mora no lote, mais que não desenvolve nenhuma atividade produtiva, atualmente, trabalha na COOPERJUNHO. Afirma que “se não fosse a COOPERJUNHO teria que buscar uma fonte de renda na cidade, onde possivelmente me obrigaria a sair do campo” (LAURA, Outubro de 2015). Sua família esteve acampada desde o início da criação do acampamento.

Jordana é uma jovem que junto a sua família produz de forma agroecológica desde 2012. Tem 16 anos, está cursando o 2º ano do Ensino Médio, mora com seu pai, sua mãe e mais três irmãos. No período que não estuda, ajuda seus pais na agricultura trabalhando no manejo e produção de hortaliças e frutíferas, contribuindo também em atividades da Cooperativa COOPERJUNHO, trabalhando apenas como colaboradora no café colonial. Assim como as demais entrevistadas, sua família fez parte de todo processo de desenvolvimento do Acampamento e Assentamento.

1.4.2 Quem são os jovens “agricultores convencionais”?

Paulo é um jovem assentado que produz de forma convencional. Tem 25 anos, cursou o Ensino Médio completo. Faz parte do seu grupo familiar seu pai, mãe e mais cinco irmãos. Trabalha na propriedade apenas em alguns momentos raros, pois é funcionário da COOPERJUNHO de onde obtém sua renda. Seus pais não fizeram parte do acampamento, pois eram funcionários da fazenda ocupada, e depois da ocupação permaneceram no local com um lote.

Simone também produz de forma convencional. Tem 17 anos, atualmente está terminando o Ensino Médio, mora com seu pai, mãe e um irmão. Nos períodos em que não estuda, diz Simone “(...) ajudo meus pais na propriedade, principalmente na ordenha das vacas, e na alimentação dos animais” (SIMONE, Outubro de 2015). Seus pais não fizeram parte do acampamento, pois eram funcionários da fazenda ocupada, e depois da ocupação permaneceram no local com um lote.

Camila está inserida num sistema de produção convencional. Tem 18 anos, está cursando o curso de Agronomia na UFFS e mora com seu pai, mãe e um irmão. Em relação aos estudos e ao trabalho no campo, Camila afirma:

Eu me divido nas tarefas da casa e aos estudos do curso, ajudo minha família a tirar leite, a tratar os animais, a plantar. Quando plantávamos fumo eu ajudava eles em todas as etapas do ciclo. Eu não tenho uma renda mensalmente, mais tudo que eu preciso eu tenho (CAMILA, Outubro de 2015).

A família de Camila não foi acampada e nem era moradora da fazenda, sua família comprou o lote algum tempo depois da criação do assentamento.

Pedro produz convencionalmente. Tem 23 anos, possui Ensino Médio completo. O seu grupo familiar é composto apenas por seu pai e sua madrasta. Com relação a sua ocupação no lote ele afirma: “eu ajudo minha família em alguns serviços da propriedade, no leite e na produção de grãos, mais não tenho uma renda fixa mensal, recebo algum dinheiro apenas quando preciso sair, ir para cidade me divertir ou em festas da região” (PEDRO, Outubro de 2015). Sua família fez parte de processo de criação do acampamento e assentamento.

1.5 O QUE PRODUZ A UNIDADE PRODUTIVA?

Nas unidades produtivas de base agroecológica analisados, geralmente há diversificação grande de produtos na unidade produtiva. De acordo com os jovens entrevistados, os principais produtos produzidos e comercializados no lote, são: verduras (alface, acelga, almeirão, rúcula, couve, brócolis, couve-flor, repolho, mostarda, rabanete, espinafre...) condimentos (cebolinha, salsinha alho, manjeriço, manjerona, alho...) legumes (abóbora, abobrinha, beterraba, cenoura, chuchu,

inhame, mandioca...) frutas (abacate, banana, caqui, figo, jabuticaba, pêsego, goiaba, morango, maracujá, laranja, limão, mexerica, amora...) grãos (feijão preto e carioca, milho para alimentação de animais, amendoim, girassol...) e produtos de origem animal (leite e derivados do leite), salientando a esse último que ainda encontra-se em processo de transição agroecológica.

A produção geralmente é comercializada por meio de algumas políticas públicas de comercialização como o PAA¹ e PNAE², bem como a feira³, a COOPERJUNHO, e no caso do leite, como ainda está em fase de transição, é vendido a atravessadores⁴.

Nos sistemas convencionais de produção, os principais produtos produzidos para comercialização estão relacionados à produção de grãos (milho produzido principalmente para produção de silagem, servindo como alternativa para fornecimento de alimentos aos animais em épocas de escassez. Soja, sendo cultivada variedades precoces, principalmente transgênicas) e o leite (nas unidades produtivas mais especializadas os animais são da raça Jersey e Holandês, em outras unidades os animais são menos produtivos, com raças “mestiças”). Produzem verduras, frutas e hortaliças com a finalidade de atender a demanda da família, mas sempre com muitas “sobras” desses produtos, sendo assim, alguns famílias passaram adotar algumas alternativas de comercialização, como o PAA e PNAE, para gerar lucro sobre esses produtos que antes eram perdidos. Entre os entrevistados “convencionais”, verificou-se que, apenas duas famílias tiveram a iniciativa de comercializar o excedente dessa produção para os programas do PAA e PNAE. Pode-se notar que em todas as unidades pesquisadas a principal fonte geradora de renda dessas famílias é o leite, o qual é vendido para atravessadores.

Nas unidades onde a pesquisa foi desenvolvida, tanto o sistema de produção agroecológico como o convencional, são unidades produtivas de cunho familiar.

¹ O programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Governo Federal criada para contribuir com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil (SENAR, [s.d.]).

² Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um programa de promoção na aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural com dispensa de licitação (SENAR, [s.d.]).

³ A Feira Agroecológica é realizada semanalmente nas quinta-feira e sábado na Praça José Nogueira do Amaral, no centro da cidade. Onde é comercializado produtos agroecológicos de origem da agricultura familiar, produzidos no assentamento 8 de Junho e no acampamento Recanto da Natureza.

⁴ Atravessadores são comerciantes livres, que atuam na função de comprar os produtos dos agricultores e posteriormente repassar o produto para outros compradores. Na agricultura essa é uma prática cada vez mais comum pois alguns agricultores não dispõem de veículos para comercialização de seus produtos, se sujeitando a vender seus produtos a um preço mais baixo para esse compradores.

Onde as atividades produtivas baseiam-se em princípios e premissas diferentes um do outro, mais que em sua origem, ambos destacam-se como unidades produtivas familiares. Sendo pequenas áreas de produção com média de 12ha cada família, não dependente de mão de obra externa, diferindo apenas no sistema de produção adotado.

Por tratar-se de um assentamento todas as unidades aqui identificadas-têm a mesma quantidade de terra, podendo assim desenvolver-se uma análise comparativa de rentabilidade entre um sistema e outro. No sistema de produção agroecológico, as famílias conseguem ter uma gama maior de produtos destinados à comercialização, sendo produzidos em diferentes épocas do ano e com diferentes fontes de comercialização, ou seja, o agricultor não fica dependente de apenas uma cultura e apenas uma fonte de comercialização, podendo comercializar sua produção por meio de políticas públicas do PAA e PNAE, na feira agroecológica da cidade, na COOPERJUNHO, e também para alguns atravessadores.

Na agricultura convencional, é notável uma dependência de várias interfaces. Observou-se que a renda dos agricultores é dependente basicamente de duas fontes produtivas, o leite, e a produção de grãos, para as quais, como se sabe, requer um alto valor de capital empregado. Esse alto valor empregado, diz respeito, ao alto custo dos insumos utilizados na produção e também da constante tecnificação imposta pelo sistema. Outra consequência negativa gerada por esse sistema, esta relacionado à sua regulamentação que é dada pelo mercado externo, tornando-o suscetível as variações do mercado. As formas de comercialização geralmente feita por atravessadores é outra característica de muita insegurança para o agricultor, no qual fica dependente dessa pessoa, o atravessador.

Dessa forma, a agroecologia destaca-se como um importante sistema produtivo. A qual consegue estabelecer melhores relações de autonomia nos processos de manejo até a comercialização de sua produção. Apresentando ao agricultor e ao espaço rural como unidade produtiva, mais estabilidade e menos dependência do mercado externo para sua produção e comercialização.

A agroecologia é um sistema produtivo que faz uso principalmente de conhecimentos técnicos e pessoal, adquiridos e repassados por gerações, do uso racional e equilibrado da terra, ou seja, uma relação harmoniosa de respeito entre o homem e o sistema produtivo. A agricultura convencional se diferencia da agroecologica, principalmente por perder essa relação entre agricultor e o sistema

produtivo, transformando a agricultura em uma indústria produtiva e não mais um sistema produtivo.

A agricultura convencional tem um aparato tecnológico formado por grandes empresas de pesquisa desenvolvidas a seu favor, principalmente multinacionais que trabalham para seu desenvolvimento e sua modernização. O sistema produtivo de base agroecológico por ser ainda jovem e pouco acreditado pelos governos (federal, estadual, municipal), tem desenvolvido poucas tecnologias voltadas para o agricultor familiar agroecológico, na maioria das vezes as tecnologias utilizadas nesse sistema são adaptações desenvolvidas pelos agricultores para atenderem suas próprias demandas, ou seja, o agricultor através de suas necessidades vê-se obrigado a criar alternativas que consigam atender sua necessidade. Assim, torna-se extremamente necessário a consolidação de instituições públicas voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar, que possam estar promovendo e contribuindo esse desenvolvimento tecnológico.

Diante dos fatos expostos, observa-se que o Assentamento 8 de Junho além da luta pelo acesso a terra, trava agora uma luta pelo desenvolvimento de uma agricultura mais sustentável, vendo a agroecologia como uma possível alternativa a esse desenvolvimento. Com relação aos jovens analisados nessa pesquisa, nota-se que apesar da distinção entre a forma de agricultura adotada por cada família, todas se caracterizam como unidades produtivas de base familiar, onde a mão de obra e a tomada de decisões a cerca da unidade produtiva é realizada pelo grupo familiar.

CAPÍTULO 3 - TRABALHO, CAMPO OU CIDADE, DIFERENTES PERSPECTIVAS NA VISÃO DO JOVEM RURAL

Diante da análise de dados obtidos através das entrevistas, algumas respostas sobre as diferentes perspectivas de permanência do jovem no campo, que produzem de forma convencional ou agroecológica, serão descritas no decorrer deste capítulo.

1.6 ÊXITOS E DIFICULDADES DE CADA MATRIZ PRODUTIVA NA VISÃO DOS JOVENS ENTREVISTADOS

Indagados sobre quais os motivos o levou a produzir de forma agroecológica ou convencional, as respostas foram as mais diversas. A escolha do modelo de produção agrícola adotado por cada família, leva em consideração vários princípios. O sistema de produção agroecológico, é uma alternativa de produzir alimentos de forma mais sustentável, com menos dependência de recursos externos, menor impacto nos recursos naturais, risco menor de contaminação por agrotóxicos, ou seja, é uma garantia saudável da relação entre agricultura x homem. Maria uma jovem agricultora agroecológica, destaca que a preocupação com a saúde foi um dos principais motivos que levou a família a mudar sua matriz produtiva, dessa forma:

[...] foi com relação à saúde, o pai já havia se intoxicado pelo uso de agrotóxicos e não podia mais manejar os mesmos porque o fazia muito mal, depois que adotaram esse modo de produção as condições de vida melhoraram economicamente e socialmente. Outro motivo que determinou essa mudança foi o endividamento da família em bancos, o sistema convencional exigia do agricultor constantes mudanças e aperfeiçoamentos, os quais eram financiados pelos bancos, porém, a família não conseguiu acompanhar esse pacote tecnológico, vendo a necessidade em buscar uma forma de agricultura mais sustentável e menos dependente de créditos e insumos. (MARIA, Outubro de 2015).

Na maioria dos casos, quando o agricultor inicia o processo de transição e escolhe um sistema de produção alternativo, como a agroecologia, é porque ele teve inúmeros problemas com a agricultura que até então adotava, experimentando então outra forma de agricultura. A agroecologia sendo uma das principais formas de produção adotadas nesse processo de transição, sendo uma agricultura que atualmente vem se fortalecendo e ganhando espaço no meio rural. De acordo com Laura:

O primeiro motivo que levou a mudar de matriz produtiva, foi a preocupação com a saúde, em sair de um sistema que causa riscos de contaminação e intoxicação pelo contato direto com agrotóxicos e fertilizantes, buscando uma agricultura mais alternativa que minimize esses riscos. Outro ponto que ajudou a decidir na mudança de matriz produtiva, foi a questão da comercialização, começando a entregar quantidades pequenas de alimentos na feira, PAA e PNAE servindo como forma de incentivo na comercialização da sua produção, geralmente muitos produtos como verduras e frutas não tinham uma comercialização garantida, eram apenas

consumidos pela família e o restante se perdia. Rentabilidade é outro ponto que nos impulsionou, sendo uma fonte agregadora de valor àquilo que antes não era comercializado e tornando menos dependente de uma única atividade. (LAURA, Outubro de 2015).

O sistema de produção convencional apresenta-se como uma agricultura voltada principalmente para produção em larga escala, baseada no monocultivo, no uso de tecnologias de ponta, no uso de agroquímicos e na alta dependência de crédito externo para sua produção. Mesmo reconhecendo que o sistema convencional causa sérios impactos sociais e ambientais na agricultura familiar, os jovens entrevistados destacam alguns motivos que os levam a produzir dessa forma.

Paulo identificado aqui como “agricultor convencional”, considera como principal fator a permanecer produzindo dessa forma é o “comodismo”, no qual estão acostumados a produzir de forma convencional e iniciar um processo de transição poderia ser a curto prazo um processo impactante na renda da família.

Desde pequeno produzimos desta forma, então estamos acostumados a produzir assim. Mudar a matriz produtiva de forma imediata é impossível, pois, produzir de forma orgânica não é um processo que se inicia da noite para o dia. (PAULO, Outubro de 2015).

De acordo com Camila um dos principais motivos que a levam a continuar produzindo dessa forma, está relacionada ao lucro/rentabilidade desse sistema. Para ela o sistema convencional é mais lucrativo e adotar outro sistema de produção iria demorar muito tempo para estar gerando lucro novamente.

O sistema de produção convencional apresenta resultados em menos tempo. Fornece-nos uma renda anual (soja) e outra mensal (leite). Outro motivo é devido à produção ser maior, eu conheço experiências aqui no assentamento de agricultores que mudaram sua matriz produtiva e demoraram muito tempo para conseguir gerar renda novamente. No caso do leite, tem agricultores que estão produzindo leite de forma agroecológica e recebendo o mesmo preço pago no convencional, então não adianta, vamos apenas reduzir nossa produção e receber o mesmo valor no litro de leite (CAMILA, Outubro de 2015).

Dessa forma, nota-se que o principal problema para o desenvolvimento de um sistema produtivo de base agroecológico com esses agricultores inseridos no sistema convencional, seria o processo de transição da matriz produtiva. Onde apontam que essa mudança geraria impactos principalmente na renda da família, considerando que durante o processo de transição iria gerar oscilação negativa em suas rendas. Tendo o processo de transição como um dos principais “problemas”

para a consolidação da agroecologia, vê-se a necessidade em desenvolver políticas públicas e um serviço de ATER mais focados a incentivar esse processo.

Outra pergunta importante da entrevista foi sobre quais as principais dificuldades em adotar a matriz produtiva agroecológica ou convencional. Tanto agricultura convencional quanto a agroecológica enfrentam dificuldades no seu desenvolvimento, porém, com dificuldades diferentes em cada sistema.

O sistema de produção agroecológico tem dificuldades principalmente no seu período de transição, sendo esse um período de muita instabilidade para o agricultor. Em todas as entrevistas, destaca-se como principal limitante nesse processo de transição a ineficiência do serviço de ATER⁵, a qual não consegue atender toda a demanda das famílias. A jovem Jordana relata que:

[...] a principal dificuldade é por parte da ATER, são poucos técnicos para muitas famílias. Geralmente recebemos ajudas e incentivos para desenvolver agroecologia vinda da Cooperativa e dos próprios agricultores, um ajuda o outro. Se for depender dos técnicos nada acontece, é muito pouco técnico para muita demanda. (JORDANA, Outubro de 2015).

Outros fatores limitantes para o desenvolvimento da agroecologia está relacionado à falta de mão de obra no campo, a falta de tecnologias voltadas para produção agroecológica, a dificuldade em discutir transição dentro da família, onde os mais velhos não aceitam que seus filhos se posicionem de forma contrária a suas ideologias, e a dificuldade em certificar toda a área do lote. Em relação à este último aspecto, todas as famílias que produzem de forma agroecológica têm apenas parte dos lotes certificados, outra parte encontra-se em fase de transição ou produzindo de forma convencional, na maioria dos casos produzindo leite. Ana aponta os principais problemas enfrentados no processo de transição agroecológica:

Pouca assistência técnica no período de transição, ou assistência técnica com pouco conhecimento sobre essa nova matriz produtiva. Os técnicos tinham um conhecimento voltado principalmente para o convencional, não sabiam ou não tinham conhecimento sobre algumas técnicas de manejo, controle e tratamento na agricultura agroecológica. A dificuldade de se adotar o sistema por parte da família, foi um processo que começou com iniciativas muito pequenas apenas como forma demonstrativa que o sistema era eficiente. Pois meus pais não acreditavam que a agroecologia seria uma alternativa de se produzir e gerar renda. (ANA, Outubro de 2015).

⁵ A assistência técnica e a extensão rural desenvolve um papel de comunicação na difusão de novas tecnologias, geradas pela pesquisa, e de conhecimentos diversos, essenciais ao desenvolvimento rural (PEIXOTO, 2008).

Diferentemente do sistema produtivo de base agroecológica, onde a principal dificuldade para sua consolidação é o processo de transição. O sistema de produção convencional vem apresentando uma série de dificuldades relacionadas principalmente na sua forma produtiva, com impactos, sobretudo em âmbito social e ambiental. Com relação às dificuldades econômicas encontradas no sistema, podemos destacar a variação de preços das mercadorias no momento de venda da produção e também o alto valor dos insumos utilizados na produção. Outro problema está relacionado à degradação do sistema, no uso excessivo de “agroquímicos”, na degradação do solo, na contaminação dos recursos hídricos, na perda de material genético com a substituição de sementes crioulas por sementes transgênicas, entre outros. Simone em sua entrevista relata as principais dificuldades vivenciadas no sistema:

A principal dificuldade é o uso excessivo de fertilizantes e venenos, o que acaba fragilizando esse solo e resultando em muitas pragas na lavoura, causando perdas na produtividade e levando a aumentar a quantidade de aplicações de agrotóxicos. Até temos um lucro bom, mais os gastos com sementes, fertilizantes, venenos são muito altos, o que acaba diminuindo o lucro na colheita. (SIMONE, Outubro de 2015).

Atualmente o principal problema que os jovens agricultores que produzem de forma agroecológica ou convencional vem enfrentando é o processo de pluriatividade, ou seja, a unidade produtiva não está conseguindo atender as demandas principalmente de renda do jovem, obrigando-os a buscar fora do lote alternativas que possam suprir essa necessidade, um exemplo disso no assentamento diz respeito ao grande número de jovens assentados trabalhando na COOPERJUNHO, dessa forma, passam apenas a residir no lote, mas trabalhando e buscando sua renda fora dele. A maioria dos jovens não saem por vontade própria, mas sim pela sua necessidade, e nesse “entreposto de sair” alguns jovens acabam não retornando mais ao campo. Muitas vezes a própria família não vê o campo como uma alternativa próspera de permanência do jovem, incentivando o mesmo a buscar “melhores” condições de vida cidade.

A agroecologia vem aos poucos se mostrando como uma matriz produtiva mais integradora entre a família, tendo como um dos princípios a permanência dos jovens no sistema produtivo. Apostando nessa perspectiva, perguntou-se aos jovens

do sistema convencional se os mesmos conhecem ou já ouviram falar sobre esse sistema de produção.

Todos os jovens do sistema convencional entrevistados já ouviram falar do termo agroecologia, porém, desconhecem seus princípios e objetivos, relacionando esse sistema produtivo com a agricultura orgânica. Sobre os pontos positivos, correlacionam agroecologia como uma forma mais sustentável e “limpa” de produzir alimentos, causador de menos impacto no ambiente produtivo. Também foram levantados alguns pontos negativos sobre a agroecologia, considerando-a uma matriz arcaica, com poucos conhecimentos científicos e técnicos sobre sua abordagem. Consideraram também a ineficiência das políticas públicas de comercialização, no qual destacam não haver um mercado consolidado para escoamento da produção orgânica de alimentos. Para a jovem Camila a agroecologia é:

[...] uma iniciativa muito interessante, mas ainda tem muitas barreiras e dificuldades nesse sistema. Às vezes o produto convencional tem mais valor que o agroecológico. A agroecologia ainda tem muita falta de pesquisas e conhecimentos. (CAMILA, Outubro de 2015).

Quando indagados se já pensou em produzir alimentos orgânicos e por que, a maioria tem noção disto, pois produzem para seu próprio sustento sem o uso de agrotóxicos.

Utilizando a agricultura convencional apenas para fins de geração de renda da família, os jovens destacam que os alimentos produzidos para o autoconsumo são de origem “agroecológica”, demonstrando preocupação com os alimentos que são consumidos pela família. Dessa forma, nota-se que os conhecimentos tradicionais relacionados a agroecologia ainda são mantidos e desenvolvidos em algumas atividades de manejo nessas unidades produtivas. A maioria dos jovens entrevistados mostraram-se interessados em adotar esse novo sistema produtivo, isso se dá principalmente por terem crescido dentro de um modelo que durante anos se apresentou como um sistema desestimulante para sua família, ou seja, são jovens que cresceram e acompanharam um sistema com constantes fracassos, endividamento e esgotamento físico do corpo. Vendo a agroecologia como uma matriz promissora e em crescente expansão, torna a esses jovens uma alternativa de produção mais eficiente e menos degradante tanto dos recursos naturais quanto da mão de obra.

Muitas vezes o jovem consegue ter um olhar mais crítico sob um sistema, com iniciativas e perspectivas mais inovadoras. No entanto, quando perguntado se seria possível o desenvolvimento de uma nova matriz produtiva, por exemplo, a agroecologia, as respostas não se diferenciaram entre os jovens “agricultores convencionais”, apontando que a principal barreira para consolidação dessa nova matriz produtiva, seria a própria família. Por estarem produzindo durante anos de uma determinada forma, geralmente as pessoas mais velhas têm receio em mudar e se adaptar a um novo sistema, impedindo que seus filhos desenvolvam ou apresentem uma nova forma produtiva. Outro motivo que impede o jovem a consolidar a ideia de desenvolvimento da agroecologia, é a relação de “status” ou “hierarquia” que os mais velhos ocupam no grupo familiar, muitas vezes impedindo que o jovem desenvolva qualquer forma de atividade que não esteja ligada às suas perspectivas no campo. Isso pode ser visto através da afirmação do jovem Pedro: “Eu já pensei muitas vezes em produzir de forma agroecológica, por ser mais lucrativo. Mais meus pais não iriam querer produzir dessa maneira” (PEDRO, Outubro de 2015).

Sendo assim, percebe-se que o campo é um espaço marcado por constantes mudanças e desafios, onde o “fracasso” ou “sucesso” de uma unidade produtiva é dependente de várias interfaces. Dessa forma, tanto a agroecologia como convencional apresentam seus êxitos e suas dificuldades, cada uma sendo enfrentada de acordo com suas necessidades.

1.7 CAMPO OU CIDADE? POR QUE?

De acordo com José Graziano Silva (2001, p.1) o rural é visto como sinônimo de atraso e de retrocesso da vida, se opondo à representação do urbano como símbolo de modernidade e qualidade de vida humana. Essa configuração do rural se deve principalmente pela conjuntura de formação do rural brasileiro, constituída por uma formação cercada de preconceitos sobre o homem rural. Esse “atraso” do espaço rural cercado por carências em seu desenvolvimento, se dá também por

razões histórica, relacionadas com a forma de colonização desenvolvida em nosso país, baseada em grandes propriedades de terra e no trabalho escravo.

Com uma conjuntura de formação baseada na exploração e dominação dos mais poderosos sobre os mais fragilizados, o rural brasileiro continua carregando essas cicatrizes do passado. A sociedade urbana sempre impôs ao homem rural uma postura de superioridade, onde apenas o homem urbano é moderno, tem acesso à tecnologias e ao desenvolvimento sociocientífico. Devido a essas implicações impostas pela sociedade e pelo sistema econômico adotado, o homem rural passou a buscar essas “melhores” condições de vida, que segundo a sociedade urbana estariam presentes nela, resultando em uma fuga em massa do campo para a cidade, o êxodo rural. Os que permanecerem no campo, continuaram sendo vítimas do preconceito vindo da sociedade urbana, incentivando agora os seus filhos a saírem do campo e buscarem na cidade o que seus pais não conseguiram ter no campo, ou seja, os próprios pais absorveram esse preconceito, enxergando o campo como sinônimo de atraso, orientando seus filhos a saírem dele (MELLI, [s.d],p.1-5).

Outra questão que determinou a saída de muitos jovens do campo, principalmente na década de 70, foi com relação à estrutura familiar da época. Geralmente eram famílias muito grandes, esse número grande de filhos se justifica pela necessidade de mão de obra, as tecnologias agrícolas ainda estavam num estágio inicial de desenvolvimento e difusão na agricultura familiar, e a única alternativa para suprir toda demanda de produção na agricultura familiar seria através dos filhos. Porém, na medida que esses jovens entravam na fase adulta e começavam a constituir novas famílias, a propriedade não seria mais capaz de conseguir absorver e sustentar essas novas famílias, tendo a necessidade de buscar nas cidades condições para seu estabelecimento. Nessa época o processo de saída dos filhos do campo acontecia na medida que saíam da fase juvenil e começavam a entrar na fase adulta, muitas vezes permanecendo no campo apenas o filho mais novo, o qual seria responsável em cuidar dos pais na velhice e sendo ele o herdeiro da propriedade (WESZ JUNIOR, 2009, p.6-9).

De acordo com Graziano Silva, [...] pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. Como resultado desse duplo processo de transformação, a agricultura

que antes podia ser caracterizada como um setor produtivo relativamente autárquico, com seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno, se integrou no restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos. (GRAZIANO SILVA, 1997, p.2).

Outro processo de mudança no meio rural diz respeito a um novo olhar sobre ele, qual passa a ser visto não apenas como local produtivo, mas sim como um local com amplas oportunidades de desenvolvimento de atividades não agrícolas. Segundo Balsadi (2001) “o rural passa a adotar algumas atividades tipicamente urbanas e voltadas para esse público urbano, tais como os aspectos ambientais e de proteção à natureza, o lazer e o turismo, a pesca e o acolhimento dos que aí pretendem viver temporária ou permanentemente”. (BALSADI, 2001, p. 5).

De acordo com Basaldi (2001, p.5) atualmente vem se apresentando poucas distinções entre urbano e o rural, onde atividades econômicas e sociais passam a ser estabelecidas de forma similar em ambas. O rural passou atuar como uma forma de “extensão” do urbano. Onde, devido as melhores condições de vida, o homem urbano passou a utilizar o campo como local de moradia e o espaço urbano como local de trabalho.

Dentre todas essas relações de mudança no espaço rural, ainda é muito comum o desinteresse do jovem pelo campo. Vantropa (2009, p.5) discorre a respeito da permanência do jovem no campo, qual estaria dependente de uma série de fatores que possa lhe oferecer à sua “sobrevivência” e de sua família, mesmo que para garantir essa “sobrevivência” seja necessário sua saída do campo em busca de um emprego. Para Barreto outro fator relacionado à saída do jovem no campo, esta relacionado à falta de autonomia dada na unidade produtiva “quem fica com a parte da produção são os pais, os jovens acabam ficando apenas com a força de trabalho, com isso, muitos jovens ficam revoltados, e a única alternativa que encontram, é à saída de casa” (BARRETO, 2015, p.19).

De acordo com (VANTROBA, 2009, p.15) a falta de um sistema educacional voltado a educação no campo, é outro ponto motivador nessa saída do jovem do campo. A educação aplicada ao jovem rural é um sistema educacional voltado ao jovem urbano. As poucas escolas agrícolas existentes no país estão localizadas nos perímetros urbanos, onde a realidade é diferente da qual os filhos de agricultores que ali vão estudar estão acostumados. Dessa forma podendo influenciar na permanência ou não do jovem no campo.

No assentamento onde foi desenvolvido a pesquisa, os principais apontamentos feitos pelos jovens em relação à saída do campo para cidade, está relacionado principalmente à necessidade em buscar na cidade emprego/renda e educação. Lazer foi um dos pontos menos discutidos pelos jovens, por ser uma área próxima ao centro urbano, muitas opções de lazer estão acessíveis a eles. Destacaram também que a comunidade onde moram desenvolve muitas práticas de lazer voltadas para as diferentes faixas etárias, como por exemplo, festas tradicionais de aniversário do Assentamento, torneios de futebol, torneios de baralho, bailes e matinês.

Para maioria dos jovens entrevistados que produzem de forma convencional ou agroecológica, a definição de campo não se distingue entre eles. Quais apesar de estarem inseridos em matrizes produtivas diferentes, ambos definem o campo como sendo local “bom para se viver”, cheio de realizações, tranquilo, seguro, um lugar que cresceram e se habituaram à vida calma do campo.

Com relação à cidade apesar de não terem nenhum interesse em morar nela, descrevem que devido ao campo ter ainda algumas fragilidades, principalmente em relação aos estudos e trabalho, talvez tenham que sair do campo e migrar para a cidade em buscas dessas “falhas” no campo, em muitos casos essa saída é temporária, como no caso da Jovem Maria “[...] devido a Universidade não ter o curso que pretendo cursar, terei que me ausentar por um período de tempo, até concluir minha graduação em Direito. Porém, quando terminar o curso pretendo voltar para o lote” (MARIA, Outubro de 2015). Em outros casos essa saída pode ser definitiva, como no caso do jovem Pedro “[...] um dia quero voltar a estudar e fazer um curso de graduação que não esteja ligado ao campo, que eu possa sair “daqui” e ir para cidade. Gosto muito de informática, queria fazer um curso nessa área [...]” (PEDRO, Outubro de 2015).

Do ponto de vista dos jovens agroecológicos, o conceito de campo/rural não se distinguiu entre os entrevistados, onde ressaltam vários pontos favoráveis a sua permanência, destacando a tranquilidade vinda do campo e enfatizando suas melhores condições de vida oferecidas nele. A forma como descrevem o campo é um fato que merece ser destacado, esses jovens que produzem de forma agroecológica desenvolveram uma relação muito harmoniosa de trabalho com a terra, respeitando os limites de produção do solo, entendendo/tratando a terra como a principal ferramenta para seu trabalho, “[...] a agroecologia além da relação de

integração entre todos os familiares, me possibilitou também ver a terra não apenas como um recurso natural, mas sim como recurso que merece muito cuidado, pois, é ela que me sustenta” (JORDANA, Outubro de 2015).

Outro ponto destacado diz respeito ao conhecimento que esses jovens têm em relação ao campo, onde relatam a sua importância frente às cidades. A definição feita pela jovem Maria ajuda a explicar essa “diferença” entre campo e cidade.

A cidade depende do campo, na cidade as pessoas não conseguem produzir alimentos suficientes para atender sua demanda, estando sempre dependente do campo e não tendo consciência sobre a importância do homem no campo. (MARIA, Outubro de 2015).

Sobre a cidade destacam como sendo um lugar conturbado, estressante, com as condições de vida social e econômicas fragilizadas por essas características, porém, mesmo com todos esses pontos negativos e por falta de alternativa, muitas vezes devido as condições no campo não atenderem as demandas dos jovens rurais, muitos admitiram que têm que se ausentarem do campo por um determinado período, por motivos de estudos. A cidade foi a única opção que restou a esses jovens. Ana justifica que sua saída do campo por um determinado período de tempo como uma necessidade que terá que vivenciar, mas destaca o campo como sua melhor alternativa para posteriormente morar e constituir família.

[...] morar na cidade não é por opção própria, mais pela necessidade em fazer o estágio da Universidade que é na cidade, depois de concluir esse estágio, pretende voltar a morar no campo, ter minha família, e poder oferecer aos meus filhos toda essa tranquilidade e sossego que tive no campo [...]. Pretendo me formar e continuar trabalhando na minha propriedade, e também ajudando a promover um crescimento local dessa região. (ANA, Outubro de 2015).

Os jovens que produzem de forma convencional também referem-se ao campo como sendo um lugar tranquilo para se morar. Consideram as cidades como locais difíceis de viver, principalmente pelo alto custo de vida. Paulo é um dos que afirma que “para morar na cidade precisa de um emprego bom, ser qualificado e ter um salário alto para conseguir se viver bem, e no interior eu vivo bem com muito menos” (PAULO, Outubro de 2015).

A cidade ainda é uma grande fonte absorvedora desses jovens rurais, de acordo com os dados das entrevistas, esses jovens apesar de demonstrarem um sentimento de apreciação pelo campo, são na maioria das vezes forçados a migrar

do campo para as cidades em busca principalmente de trabalho e estudo e lazer. Sendo esses os principais fatores apontados pelos jovens “agricultores convencionais” que justificaria sua saída do campo.

Outra pergunta sobre viver no campo ou na cidade foi em relação aos motivos em permanecer ou não no campo? Um dos principais motivos apontados pelos jovens agricultores do sistema convencional em permanecer no campo foi o simples fato de “gostar da vida no campo”. Dentre esses jovens apenas um deles apresentou certo descontentamento em morar no campo, descrevendo o campo como um lugar sem lazer e com pouca renda. Numa parte de sua entrevista o jovem Pedro apresenta o seu descontentamento.

O campo tem seu lado bom e ruim, o lado bom é a sua tranquilidade e o lado ruim é o fato de ser tranquilo demais, não tem onde sair, fazer festas ou outros momentos de diversão. [...]. Queria muito morar na cidade, fazer algum curso de graduação, mais não consigo porque não tenho condições de me manter na cidade, eu dependo financeiramente dos meus pais [...]. (PEDRO, Outubro de 2015).

Para os jovens agricultores de base agroecológica, além do gosto por morar no campo, outro ponto motivador a permanecer no campo produzindo dessa forma, relaciona-se ao fato de verem essa matriz produtiva com muitas perspectivas de crescimento, apontando o desenvolvimento de Cooperativas e Associações como um importante mecanismo incentivador desse desenvolvimento. Isso foi constatado na fala seguinte de uma das jovens, que citou que “a COOPERJUNHO vem atuando como um importante incentivador à permanência do jovem no campo, gerando emprego e rentabilidade, além de servir como um importante centro de comercialização dos produtos produzidos pela agricultura familiar”. (ANA, Outubro de 2015).

CAPÍTULO 4 – O AGRÔNOMO, A ATER E AGROECOLOGIA: DESAFIOS E POTENCIALIDADES PARA A PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO

A permanência do jovem no meio rural é uma condição que na maioria das vezes não é dependente apenas de sua vontade própria em permanecer ou não no campo. Estando envolvidos nesse processo de permanência, outros fatores que possam atuar de forma a estimular sua continuidade no meio rural. Esse “estímulo”

estaria relacionado ao desenvolvimento de um serviço que atue de forma direta a esses jovens, evitando seu desinteresse constante pelo rural.

1.8 EXTENSÃO RURAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Atualmente o Brasil vem se destacando pelas iniciativas concretas de desenvolvimento de políticas públicas voltadas em especial para o fortalecimento da agricultura familiar. É neste marco de reconstrução do Estado democrático que as atividades de ATER, em suas várias modalidades (voltada para agricultores familiares, assentados, quilombolas, pescadores artesanais, povos indígenas e outros), passaram a ser coordenadas pela Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, como estabelece o Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003 (MDA, 2004, p.3).

De acordo com o MDA (2004) para que ocorra o desenvolvimento de um rural sustentável e a garantia de uma ATER mais eficiente, é intitulada o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural-PNATER. Construída de forma participativa entre as esferas do governo federal, a sociedade civil, lideranças de organizações e agricultores familiares. Tornando-se favorável ao atendimento dos anseios da sociedade, em especial, daquelas pessoas que vivem e produzem em regime de economia familiar.

Segundo Nunes (2013) “desde o ano de 2003 o MDA propunha uma nova política de extensão rural pautada na Agroecologia, em formas mais horizontais de extensão rural e no atendimento à diversidade social presente no campo”. Dentre as várias mudanças que o serviço de ATER vem sofrendo nos últimos anos, vê-se a necessidade em desenvolver uma nova proposta de atendimento, pautada no desenvolvimento de uma agricultura alternativa que seja voltada em especial para agricultura familiar.

De acordo com Callou (2006, p.3) esse novo entendimento de ATER, voltada ao atendimento dessas novas ruralidades, e da consolidação de iniciativas ligada a agroecologia, a economia solidária, e as incubadoras de cooperativas populares, será almejada através de uma eficiente educomunicação passada da ATER para os agricultores.

Nesse processo de várias mudanças que a ATER vem passando desde a sua criação. A partir de 2003, a Agroecologia passou a constar na PNATER como um enfoque científico que poderia orientar a Extensão para uma ação na perspectiva ecossocial. Sendo assim, Caporal define Extensão Agroecológica como sendo:

[...] um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante, que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objeto de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo. (CAPORAL, 2005, apud CAPORAL, 1998).

Em um processo de várias mudanças que a ATER vem passando desde a sua criação, a partir de 2003, a Agroecologia passou a constar da Política Nacional de ATER como um enfoque científico que poderia orientar a Extensão para uma ação na perspectiva ecossocial. No início de 2010, é criada a Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), a qual “institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, que altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.” (BRASIL, 2010).

A ATER torna-se responsável pelo importante papel de diálogo entre os centros de pesquisa agropecuários e o mundo rural, contribuindo ativamente no que diz respeito aos processos de desenvolvimento regional. Sendo uma iniciativa movida pela ideia de que o incremento de técnicas modernas de produção causariam melhorias nas condições de vida das pessoas envolvidas (PIRES, 2003 apud LIMA, 2010, p.2).

Durante muitos anos o rural e a extensão foram erroneamente associados à aspectos incompatíveis com seu desenvolvimento, no qual o rural era associado ao atraso e extensão defendido como ferramenta civilizatória da agricultura, “impondo” conhecimento ao homem do campo. Paulo Freire (1985) em sua obra “Extensão ou comunicação?” traz o conceito de extensão como sendo uma forma de comunicação, onde, o técnico não seria o responsável em levar o “conhecimento” ao agricultor e sim uma figura de troca de diálogos, ou seja, é a garantia de processos

dialógicos e participativos entre técnicos e agricultores ou, como costumava dizer, entre educadores e educandos, num processo contínuo de realimentação pedagógica.

Assistência técnica e extensão rural são dois termos que se distinguem em seus princípios metodológicos. No qual, assistência técnica está relacionada ao trabalho de orientação passado aos agricultores de forma mais pontual, afim apenas de resolver problemas relacionados com a produção. Extensão Rural, pode-se dizer que é um processo de aprendizado contínuo entre técnico e agricultor, envolvendo processos de gestão, produção, beneficiamento, comercialização e entre outras atividades agropecuárias/não agropecuárias, como atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.

Dessa forma, nota-se que apesar do país apresentar melhorias no serviço de ATER voltada à agricultura familiar, ainda tem muitas dificuldades na execução de alguns serviços que promovam um desenvolvimento rural sustentável na agricultura familiar. Durante as entrevistas é percebido pela maioria dos jovens um descontentamento sobre os serviços de ATER, quais destacam não saber qual o objetivo desse serviço dentro do assentamento e apontam que quando acontecem visitas nas propriedades, esses técnicos não estão preparados para algumas situações.

1.9 AS POLÍTICAS DE ATER

Os principais serviços desenvolvidos pela ATER como meio de garantia de um desenvolvimento rural local, estão relacionados principalmente às atividades de fortalecimento em iniciativas ligadas à capacitação e educação, organização, planejamento e desenvolvimento local, assessoramento e assistência técnica, apoio econômico e social para atividades não agrícolas, difusão de tecnologias.

Sendo assim, a PNATER considera como princípios norteadores o desenvolvimento de um rural sustentável, de forma inclusiva de categorias e atividades da agricultura familiar. Tendo algumas prioridades em seu programa, como, gênero e geração, etnia e o papel das organizações governamentais e não governamentais, valorizando de forma sistêmica a cultura regional de onde se aplica (MDA, 2010).

A PNATER fundamenta-se através da articulação de recursos humanos e financeiros a partir de parcerias eficazes, solidárias e comprometidas com o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar em todo o território nacional, incluem-se aqui as populações privilegiadas/beneficiários dos programas do MDA/SAF. Enfatizando a busca da inclusão social da população rural brasileira mais pobre, sendo esse elemento central de todas as ações orientadas pela Política Nacional de ATER. Potencializando a promoção de atividades agrícolas voltadas para a produção de alimentos saudáveis e matérias primas, apoio a estratégias de comercialização principalmente em mercados locais, mas também em mercados regionais e internacionais, e ao fortalecimento da consolidação de associações e cooperativas (MDA, 2004, p.4).

De acordo com o MDA (2004) os princípios adotados pela PNATER e aplicados pela ATER, em especial a agroecologia. Torna-se essencial frente aos problemas que a agricultura familiar vem enfrentando, podendo a agroecologia atuar de forma a minimizar esses problemas, tais como: suprir a crescente demanda por alimentos de qualidade; reduzir os impactos negativos gerados pelos insumos químicos; redução de custos com esses insumos, posterior redução de endividamento do agricultor; políticas públicas orientadas para produtos de qualidade superior, como por exemplo o PAA.

A PNATER fundamenta-se através da articulação de recursos humanos e financeiros a partir de parcerias eficazes, solidárias e comprometidas com o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar em todo o território nacional. Dessa forma, atuando na inclusão social da população rural brasileira mais pobre, potencializando a promoção de atividades agrícolas voltadas para a produção de alimentos saudáveis e matérias primas (MDA, 2004, p.4).

De acordo com a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER), os princípios adotados pela PNATER são:

- Garantia de exclusividade aos agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquicultores, povos da floresta, seringueiros, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF, o acesso a serviço de assistência técnica e extensão rural pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente, visando o fortalecimento da agricultura familiar.

- Contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, apoiando os agricultores familiares e demais públicos descritos anteriormente, na potencialização do uso sustentável dos recursos naturais.
- Adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia.
- Estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões, contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, de maneira a permitir a análise e melhoria no andamento das ações.
- Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável. (ASBRAER, 2007, P.27).

Com relação às atividades organizativas do serviço de ATER, elas podem variar conforme as distintas lógicas e interesses envolvidos nestas atividades. Nunes aponta essa distinção entre elas:

- A ATER pública (estatal), em campo federal, estadual e municipal;
- A ATER das empresas privadas, quais compreendem cerealistas, empresas integradoras, de planejamento, de tecnologias e empresas revendedoras de insumos, mudas e sementes;
- A ATER das organizações não governamentais (ONGs), compreendendo técnicos e agricultores;
- A ATER das organizações de classe, associações de classe e sindicatos;
- A ATER das cooperativas, englobando cooperativas brasileiras e cooperativas da agricultura familiar e economia solidária. (NUNES, 2013, p.35).

A implantação de um novo modelo agrícola, pautado na Agroecologia e nos preceitos do desenvolvimento rural sustentável, não é uma tarefa fácil e não será atingida com ações isoladas. Deverá ter uma política de Estado junto à outras políticas transversais e integradas, ou seja, é um processo que para sua consolidação deverá integrar-se com diferentes esferas organizacionais, que juntas deverão tratar agroecologia como uma política discutida em conjunto, dessa forma integrando o MDA, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério da Integração Nacional (MIN), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Educação (MEC), Ministério da Saúde (MS) e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), sob coordenação do primeiro, visando estruturar e criar as condições necessárias e favoráveis para a consolidação desse novo processo (EMBRAPA, 2006, p. 27).

De acordo com Lima (2010) as dificuldades ainda vivenciadas pelo agricultor familiar reafirmam a importância da extensão, estimulando a atualidade do debate

em torno das políticas de ATER tanto nas universidades, como em órgãos públicos e privados e ONGs. Nessa perspectiva, fazem parte dos princípios da extensão rural uma série de atividades informais, desenvolvidas pelos centros de pesquisa voltadas às transformações do sistema produtivo econômico e social do meio rural.

Nas considerações feitas por Lisita (2005) as abordagens adotadas no mundo rural deveriam pautar-se em princípios participativos, levando em consideração os aspectos culturais da comunidade onde se trabalharia. Porém, apesar de haver essa orientação, a maioria dos serviços de ATER continua com sua mesma postura de orientação, baseada na lógica de inclusão do agricultor ao mercado, tornando o agricultor cada vez mais dependente de insumos industrializados e do capital industrial. Este fator torna-se atualmente um grande desafio aos órgãos de pesquisa, às universidades e aos movimentos sociais na busca por estratégias eficazes que coloquem em prática as metodologias participativas de ATER, que consigam fazer a inclusão dos agricultores familiares desde sua concepção até a aplicação dessas tecnologias, de forma a valorizar seus conhecimentos, e respeitando seus anseios.

Indagados se conhecem políticas de ATER, os “jovens agricultores agroecológicos”, na maioria dos casos, relataram que sabem o que é ATER, porém, desconhecem seus princípios e objetivos. Destacaram alguns problemas que são vivenciados pela atuação das equipes de extensão rural, como a falta de técnicos para atender toda a demanda de produção e a falta de técnicos com formação/qualificação em agroecologia. Observou-se também certo desinteresse por parte dos jovens em buscar maior entendimento sobre esse serviço, pois não buscam inserir-se em atividades desenvolvidas pela ATER na região, como oficinas, dias de campo, palestras, mini-cursos, etc.

Para os “jovens agricultores convencionais” uma série de problemas foram descritas em relação ao serviço de ATER, em alguns casos afirmaram desconhecer a existência dessas políticas no assentamento, e aqueles que conhecem não sabem qual o verdadeiro objetivo desse serviço. Os principais apontamentos feitos por esses jovens com relação ao Programa, está relacionado a técnicos despreparados, e por excluírem a prestação de serviços a agricultores convencionais. Esse processo de “exclusão” ocorre na maioria das vezes pela insuficiência de técnicos para atenderem toda demanda do assentamento, e na perspectiva de desenvolvimento sustentável do assentamento, esses técnicos acabam “privilegiando” algumas

atividades às famílias de maior carência e as famílias em processo de transição ou já produzindo agroecologicamente. Paulo afirmou “[...] não saber quais são os objetivos da Ater, considerando ser um serviço ineficiente com técnicos [que] muitas vezes são despreparados” (PAULO, Outubro de 2015). Camila expressou seu entendimento e apontamentos sobre a ATER informando que “aqui no assentamento se ouve falar bastante sobre ATER, porém, quando entramos no lote eles vinham fazer visitas, depois pararam porque o lote é convencional” (CAMILA, Outubro de 2015).

Considerando a importância das políticas públicas de ATER desenvolvidas na agricultura familiar. Existem outras políticas públicas que também atuam de forma a fomentar o desenvolvimento rural sustentável, nesse caso havendo algumas políticas voltadas em específico ao público jovem.

Foi perceptível durante as entrevista um certo desconhecimento por parte dos jovens sobre o termo “políticas públicas para a agricultura”. A maioria afirmou que “já ouviu falar”, mas nunca acessaram nem sabem de procedimentos de acesso. Entre os jovens que produzem de forma convencional e os que produzem de forma agroecológica, algumas diferenças são notáveis, os “jovens agricultores agroecológicos” conhecem políticas públicas relacionadas à comercialização de sua produção, o PAA e o PNAE, enquanto os “jovens agricultores convencionais” conhecem alguma coisa sobre as políticas públicas de crédito para agricultura, como o PRONAF.

Com uma dependência menor de financiamentos para a produção e preocupação maior com a comercialização da produção, “jovens agricultores agroecológicos” destacam-se por apresentar um certo conhecimento sobre algumas políticas públicas para a agricultura. Em todas as entrevistas as principais políticas comentadas por esses jovens foram o PAA e o PNAE, apontando como sendo importantes políticas públicas de comercialização criada pelo governo em benefício da agricultura familiar.

A agricultura convencional por ser mais dependente de crédito e financiamentos para sua produção leva os jovens inseridos nesse sistema a terem mais familiaridade com as políticas públicas relacionadas ao crédito, como o PRONAF. Mesmo sendo uma das únicas políticas públicas conhecida por esses jovens, muitos relatam não saber direito qual o verdadeiro objetivo desse programa,

afirmando que apenas ouviram seus familiares falarem e que não procuraram saber o que realmente vinha a ser esse programa de crédito.

1.10 O AGRÔNOMO E A AGROECOLOGIA

O desenvolvimento rural vem sendo construído em um novo paradigma de bases agroecológicas. Sendo constituído como uma nova matriz disciplinar integradora, sistêmica, holística, capaz de apreender e aplicar conhecimentos gerados em diferentes disciplinas científicas. Dessa forma, restabelecendo através de saberes, conhecimentos e experiências dos atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural, a consolidação de um desenvolvimento sustentável (ALTIERI, 2001; GLIESSMAN, 2000 apud CAPORAL, 2003, p.1).

Para que ocorra um consolidado desenvolvimento do modelo agroecológico, é fundamental que ocorra uma revisão dos paradigmas de cursos ligados às ciências da terra, tanto os relacionados ao ensino médio como ao ensino superior. Pois se continuarmos formando profissionais com a lógica do modelo convencional e agroquímico, voltados para o sistema convencional, teremos mais dificuldades para formar massa crítica para impulsionar esse processo.

Nesse sentido, é fundamental promover uma discussão interministerial, sob coordenação do MEC e do MDA, para a formatação de cursos que possam estar formando profissionais capacitados a atuar de forma a viabilizar o desenvolvimento de um modelo agroecológico na agricultura familiar (EMBRAPA, 2006, p.27). Os profissionais formados nas ciências agrárias que trabalham com agricultores familiares nas mais diversas situações concretas em que vive e produz esta população, sentem-se pouco preparados para dar respostas consistentes aos desafios com os quais se defrontam. Muitas vezes durante a formação, o acadêmico “recebe um conhecimento focado” para determinadas situações, não conseguindo se posicionar frente aos problemas da realidade do campo (MASSELLI, 1998 apud PITIRINI, 2014).

Diante dessa problemática apontada pela EMBRAPA, a ausência e ineficiência de cursos de formação em nível médio e graduação voltados para o desenvolvimento da agroecologia, alguns cursos orientados principalmente por instituições de ensino públicos, começam a desenvolver e ganhar força no país,

servindo como uma importante ferramenta para o desenvolvimento científico e técnico do paradigma agroecológico. As universidades brasileiras mais antigas geralmente são mais conservadoras, com cursos ligados às ciências agrárias geralmente voltados para o sistema convencional. Com a criação de novas instituições de ensino no país, começa a se desenvolver a criação de novos cursos de ciências agrárias, com alguns princípios e objetivos voltados à consolidação de uma nova matriz produtiva, no caso a agroecologia.

Nessa lógica de difusão de tecnologias agroecológicas para a agricultura familiar, caberá um trabalho em conjunto entre instituições de ensino e de pesquisa em parceria com as empresas de ATER [EMATER, EMBRAPA, ONGs, CEAGRO, Associações e Cooperativas, etc...]. Essas instituições estariam agindo como geradoras de novas tecnologias e passando às empresas de ATER essas novas tecnologias. Neste caso, a ATER ficaria mais responsável pelo papel de aplicação dialógica desse conhecimento, ou seja, a ATER seria uma espécie de intermediária entre instituições geradoras de tecnologias e agricultores.

Na maioria das vezes o principal fator motivador da saída do jovem do campo está relacionado à sua necessidade em possuir sua própria renda e buscar nas cidades educação superior e lazer. Fatores esses que para sua superação devem ser trabalhados e enfrentados por diferentes instituições públicas e privadas em âmbito municipal, estadual e federal. O desenvolvimento de uma ATER eficiente e mais capacitada, que desenvolva atividades concretas relacionada à permanência desses jovens no campo tais como; buscar a integração dos jovens na agricultura e desenvolver atividades mais focadas para eles.

Muitas vezes o jovem se sente isolado do sistema produtivo, sendo necessário que principalmente a família busque essa integração do jovem no ambiente produtivo, determinando tarefas e responsabilizando-o por algumas atividades, como, orientando a assumir algumas atividades produtivas, dessa forma, tendo sua própria renda se sente mais motivado a permanecer no campo. Essa integração do jovem na agricultura, o tornara mais responsável, e aos poucos ele vai melhorando seu sistema produtivo e gerando sua própria renda, passando a ver o campo com possibilidades e atrativos para sua permanência.

O Assentamento 8 de Junho, é um local propício ao desenvolvimento de diferentes atividades, isso se dá devido a sua localização geográfica, iniciativas de associativismo e cooperativismo e boas condições de clima e relevo. Atualmente

nesse Assentamento está em fase de conclusão a construção de um laticínio de leite orgânico, o qual futuramente estará demandando grande quantidade de leite orgânico do Assentamento. Mas mesmo com essa comercialização garantida do produto, poucas famílias estão produzindo ou em fase transição para produção de leite orgânico, dessa forma, a iniciativa em começar a se adaptar a essas novas formas produtivas pode ser uma importante maneira para futuramente esses jovens estarem produzindo e permanecendo no campo e a ATER tem papel fundamental no processo de motivação do jovem a permanecer no campo.

Uma questão levantada por todos os jovens é de que a matriz agroecológica demanda longo prazo na geração de renda para a família. Neste caso, sugere-se como solução agronômica a produção de olerícolas, como verduras e tubérculos. Esta cultura por apresentar um rápido ciclo de desenvolvimento, pode ser uma alternativa produtiva de em curto prazo estar gerando renda para esses jovens, as quais podem ser comercializadas em diferentes meios, como, feiras, cooperativas e programas de política pública, como o PAA e PNAE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa fundamenta-se na preocupação com a manutenção sucessória da agricultura familiar nos assentamentos rurais. Procurou-se através das variáveis investigadas, identificar se as formas produtivas, agroecológica e convencional, podem estar influenciando na decisão de permanência ou não desses jovens no campo.

Foram pesquisadas dimensões nos aspectos da identidade dos jovens, analisando qual o papel que os mesmos vem desenvolvendo em suas unidades produtivas e se essas unidades produtivas estão sendo capazes de atender as demandas por permanência desses jovens agricultores.

Com relação à identidade do jovem rural do Assentamento 8 de Junho, notou-se que no caso dos jovens pesquisados, a configuração da identidade de um jovem rural se confunde com uma identidade urbana, ou seja com valores urbanos. Devido a sua proximidade com a cidade e de todos os serviços como educação, saúde e lazer direcionados a esses jovens, o urbano começa desenhar uma nova identidade sob o jovem rural, onde valores tradicionais e costumes do campo passam a ser substituídos por hábitos urbanos.

Apesar dessa nova configuração identitária do jovem rural, com características adquiridas do urbano, na maioria dos casos esses jovens mostraram-se satisfeitos com o ritmo de vida no campo, principalmente pela sua tranquilidade. Nesse sentido, o processo de “sair” do campo não estaria relacionado à sua vontade própria, mas sim à necessidade em buscar na cidade, trabalho, renda e educação.

Notou-se também que no Assentamento 8 de Junho, há forte presença de em curso da pluriatividade na questão do trabalho dos jovens entrevistados. Somente trabalham na propriedade os jovens que ainda estudam, devido a dificuldade em conciliar trabalho com os estudos, ajudam a família em algumas atividades produtivas do lote. Com relação aos jovens que não estudam, a maioria viu necessário buscar condições de geração de renda fora do lote onde residem, trabalhando em Cooperativas e Associações dentro do Assentamento e em alguns momentos contribuindo nas atividades produtivas do lote. Nesse processo de pluriatividade, nota-se que tanto os jovens de base agroecológica como os convencionais, enfrentam esse processo, onde o lote não esta sendo capaz de suprir suas necessidades de renda.

Uma peculiaridade identificada na pesquisa está relacionado à posição de destaque que “as jovens agricultoras” vêm estabelecendo no meio rural, quais demonstram muito interesse e conhecimento sobre o campo. Sendo a maioria dos jovens entrevistados do sexo feminino, todas relataram o desejo em se graduar, e aplicar seus conhecimentos adquiridos na propriedade, e contribuindo para o desenvolvimento local do Assentamento. E mais, dos “jovens agricultores agroecológicos” entrevistados, todos são mulheres.

Outra diferença com relação a gênero, diz respeito ao nível de educação. Onde as mulheres se apresentam mais entusiasmadas em continuar seus estudos, das seis entrevistadas, duas já estão na universidade e as outras se preparando para entrar. Com relação aos homens, a graduação não é prioridade, os quais apresentam desinteresse em fazer um curso de nível superior.

Entre as carências observadas na vida desses jovens, como a falta de renda própria, dificuldade de desenvolver mais autonomia nas atividades produtivas e acesso a educação somente na cidade, tanto os que produzem de forma agroecológica como também convencional estão ligadas à falta de oportunidades, sendo que se apresentam mais comuns no sistema de produção convencional. Os jovens convencionais afirmam não se sentirem incluídos nas dinâmicas de trabalho da propriedade, onde as tomadas de decisões financeiras, de produção e de comercialização são determinadas pelos seus pais, no caso o homem. Com relação aos jovens agricultores agroecológicos, essa inclusão do jovem na gestão do sistema produtivo é mais presente, porém o processo de transição agroecológico geralmente é barrado pelo grupo familiar, ou seja, quando os jovens demonstram vontade em desenvolver uma nova ideologia produtiva, seus pais se sentem afrontados pelos filhos, interferindo nesse processo de transição.

Dessa forma, observa-se que os jovens necessitam de mais liberdade e de atribuição de responsabilidade, a fim de sentirem-se inseridos na unidade produtiva e menos dependentes de decisões vindas dos mais “velhos”. Os jovens querem independência, e como não conseguem isto no campo, a cidade torna-se o melhor local para a conquista de independência e liberdade, características do que é ser jovem.

O jovem é um dos principais elementos na garantia do desenvolvimento e de continuidade da agricultura familiar. Assim, vê-se a necessidade de haver políticas públicas e ações que atuem de forma a incentivar a permanência desses no campo. Onde o campo passe a ser visto como local de perspectivas de desenvolvimento, de potencialidades e de futuro, e não mais um local referido como arcaico e de poucas oportunidades.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e Agricultura Familiar: Desafio dos Novos Padrões sucessórios**. 1. ed. Brasília: IBICT. 1998.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.

BALSADI, O. V. **Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável.** São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v.15, n.1, p.155-165, 2001.

BALSAN, R. **Impactos Decorrentes da Modernização da Agricultura Brasileira.** Revista de Geografia Agrária, Rio Grande, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

BRASIL. Estatuto da Juventude. **Lei nº 12.852, de 5 de Ago. de 2013.**

BRASIL. Estatuto da Terra. Lei nº 4.504, de 30 de Nov. de 1964.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER.** Lei nº 12.188, de 11 de Jan. de 2010.

BRASIL. **Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Lei nº 11.326, de 24 de Jul. de 2006.

BROCH, Alberto; TORTELLI, Altemir; STÉDILE, João Pedro. A Agroecologia e os Movimentos Sociais do Campo. In: Paulo Petersen (Org). A Agricultura familiar camponesa na construção do futuro: AS-PTA, 2009.

CALLOU, A. B. F. Extensão Rural: Polissemia e Resistência. In: IV Congresso da Sober. Anais...2006. Recife: SOBER, 2014.

CAPORAL, Roberto Francisco; AZEVEDO, Edisio Oliveira. Princípios e Perspectivas da Agroecologia. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, 2011.

CAPORAL, R. F. **Política Nacional de Ater: Primeiros Passos de sua Implementação e Alguns Obstáculos e Desafios a Serem Enfrentados.** Brasília, Ago.2015.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. **Agroecologia Como Matriz Disciplinar para um Novo Paradigma de Desenvolvimento Rural. [2003].**

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade no Campo: o caso francês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n.11, p. 89-104, 1996.

CASTELLANO, Maria. **Capital Social e Sinergia Estado-sociedade na Gestão de Recursos de Uso Comum – Expandindo a Escala de Análise.** V Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS). 4 a 7 de out. de 2010. Florianópolis/SC. Disponível < <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT12-627-641-20100831193619.pdf>>. Acesso em: 18 de Mai. 2015.

CASTRO, E. G. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. Rev.latinam.cienc.soc.niñez, Manizales, v.7, n.1, p.179-181, Jan./Jul, 2009.

CEZIMBRA, Eymar do Nascimento. **Desenvolvimento Socioambiental Do Assentamento Oito De Junho**. 2013. 113 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curso de pós graduação em Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade, Pato Branco, 2013.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan; STURMER, Cristina dos Santos. Desafios da Agroecologia no Território Cantuquiriguaçu: Apontamentos sobre uma Metodologia de Transição Agroecológica no Meio Rural Paranaense. In: VII Seminário Estadual de Estudos Territoriais. **Anais...**2014. Ponta Grossa: SEET, 2014.

CINTRÃO, Rosangela Pezza. A Reforma Agrária e a Conversão Produtiva do Meio Rural. In: **Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial: caderno pedagógico educandos e educandas**. Armênio Bello Schmidt, Sara de Oliveira Silva Lima, Wanessa Zavarese Sechim (org.). Brasília: Ministério da Educação, 2010. p. 41-45.

COCA, E. L. F. A Territorialidade Dos Projetos De Assentamento Federal (Pa) No Território Cantuquiriguaçu, Estado Do Paraná. **Geografia em Questão**, Presidente Prudente,v.6, n. 2, p.199-220, 2013.

COMPARATO, B.K. A Ação Política do MST. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.15, n.4, p.1-16, Out/Dez, 2001.

Conselho de Desenvolvimento o Território Cantuquiriguaçu - CONDETEC. **Cantuquiriguaçu Território Paraná: Estratégia para o desenvolvimento II**. Laranjeiras do Sul: CONDETEC, 2009.

Conselho de Desenvolvimento o Território Cantuquiriguaçu - CONDETEC. **Plano Safra Territorial (PST) 2010-2013**. Laranjeiras do Sul: Rureco, 2010.

Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho. **COOPERJUNHO: Alimentação Saudável**. Disponível em: <<http://www.coperjunho.com.br/carregaPagina.php?menu=2&submenu=1>>. Acesso em: 02 Nov. 2015.

DOTTO, Fabiano. **Fatores que Influenciam a Permanência dos Jovens na Agricultura Familiar, no Estado de Mato Grosso do Sul**. 2011. 113 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade Católica Dom Bosco, Curso de pós graduação em Desenvolvimento Local, Campo Grande, 2011.

ENGELMANN, S. I.; GIL, A. D. A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST. **Revista Eletrônica do CEMOP**, Uberlândia, n. 2, p.1-9, 2012.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Marco Referencial em Agroecologia**. Disponível em: <ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/66727/1/Marco-referencial.pdf>. Acesso em: 25 de Jul. de 2015.

FIGUEIREDO, C. M. **Sementes Crioulas, campesinato e ecologia em foco**. In: **ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS**, 2., 2007, Rio de Janeiro. **Resumo...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** .16.ed. Rio de Janeiro.Paz e Terra, 2013.

GRAZIANO DA SILVA, J. O Novo Rural Brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.7, n.1, p. 1-28, Mai, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro. **O novo rural brasileiro**. Campinas: IE/UNICAMP, 1999.
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **IBGE**. 2010. Disponível em www.ibge.gov.br/. Acesso em 05/05/2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas . **Censo Agropecuário**. 2006. Disponível em: < saladeimprensa.ibge.gov.br/pt/noticias?id=1&idnoticia=1464&view=noticia>. Acesso em 04 de Jun. 2015.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 2015. Disponível em: www.incra.gov.br/tree/info/file/5831>. Acesso em 05 de Jun. 2015.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Reforma Agrária**: Pesquisa Sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda dos Assentamentos da Reforma Agrária. 2010. Disponível em : < [//periodicos.uffs.edu.br/public/site/manual2.pdf](http://periodicos.uffs.edu.br/public/site/manual2.pdf)>. Acesso: 20 de Ago. 2015.

Lima Neto, P.C. Extensão rural e agricultura familiar. **Revista de Política Agrícola**. v.7, n.3, p.1-9, 1999.

LISITA, Frederico Oliveira. **Considerações sobre a extensão rural no Brasil**. Disponível em: <www.clicnews.com.br/artigos/view.htm?id=49573>. Acesso em: 01 de Ago. de 2015.

MARTIGNONI, Luciano. **Lazer no Assentamento Rural Oito de Junho: análise a partir da multifuncionalidade da agricultura**. 2013. 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2013.

MARTINS, R. C. Modernidade e Temporalidades no Trabalho Agrícola. **Modernidade e Temporalidades no Trabalho Agrícola**. São Carlos, v.3, n.2, p.67-87, Jul/Dez, 2006.

MELLI, Ana Paula; COSTA, Hélio; VISCOVINI, Lenir. A Luta dos Trabalhadores no Brasil. *Jornal Folha de S. Paulo*. Rio de Janeiro, 15 mai. 2007. Disponível em: webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:97ODBOUIT1wJ:cut.org.br/system/uploads/action_file_version/34e151f39f307374cec143d6cbb25dc2/file/orsb-caderno-i-em-word-doc.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 15 ago. 2015.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Censo Agropecuário 2006 e a Agricultura Familiar no Brasil. Disponível em <www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/O%20Censo%20Agropecu%C3%A1rio%202006.pdf>. Acesso em: 15 de Ago.2015.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano safra 2015/2016**. Disponível em <www.mda.gov.br/plano_safra/>. Acesso em: 20 de Nov.2015.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Disponível em: <www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/BrasilAgroecologico_Baixar.pdf>. Acesso em: 02 de Jan. de 2015.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Disponível em: <www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/2cndrss%20politica_nacional.pdf> . Acesso em: 20 de Nov. 2015.

NUNES, Sidemar Presotto; GRÍGOLO, Serinei César. **Assistência Técnica e Extensão Rural no Sul do Brasil: Práticas, Avanços e Limites Metodológicos**. Ed. Unijuí. 2013.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão Rural no Brasil: Uma Abordagem Histórica a Legislação**. Centro de Estudos. Brasília, Out. 2008.

PLOEG, J.D.V.D. A Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro: Sete Teses sobre a Agricultura Camponesa. **AGRICULTURAS**, Rio de Janeiro, ed. especial, p. 17-33, out. de 2009.

RAMIRO, R.A. **Assentamentos Rurais: o campo das sociabilidades em transformação**. O caso dos assentamentos do Nova Pontal. 2008. 157 f. Dissertação (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, Curso de pós graduação em Sociologia. São Carlos. 2008.

SANTOS, Edilene de Jesus. Questão Agrária e Desenvolvimento Rural: Reflexões Sobre o Campesinato no Capitalismo. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5.,2011, São Luís. **Anais...** São Luís: UFM, 2011.

SILVA, J. G. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**. v.15, n,43, p.37-50, 2001.

SILVA, Valter Israel. **Classe Camponesa: Modo de ser, de viver e de produzir**. 1.ed. Porto Alegre: Instituto Cultural Padre Josimo, 2014.

SOUZA, Paulo Ferreira. **O Êxodo Rural e Expectativa de Permanência no Campo a Educação do Campo e a Sustentabilidade**. 2011. 17 f. Dissertação (Especialização em Educação do Campo). Universidade Federal do Paraná, Curso de Especialização em Educação do Campo, Matinhos, 2011.

SPAROVEK, Gerd. **A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira**. USP/MDA/FAO, São Paulo, 218 p. 2003.

TROIAN, Alessandra; DALCIN, Dionéia.; OLIVEIRA, Sibeles Vasconcelos. Estudo da Participação e Permanência dos Jovens na Agricultura Familiar nas Localidades de Dr. Pedro E Mirim Em Santa Rosa- Rs. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais....** Porto Alegre: SOBER, 2009.

VANTROBA, E. A.; BRUMES, K. R. Necessidades e Perspectivas para a Permanência do Jovem do Campo no seu Ambiente. **Programa de Desenvolvimento Educacional**, Irati, v.2, n.1, p.1-26, 2009.

WEISHEIMER, Nilson. **A Situação Juvenil na Agricultura Familiar**. 2009. 331f. Dissertação (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de pós-graduação em Sociologia. Porto Alegre. 2009.

WESZ JUNIOR, Valdemar João et al. Os Novos Arranjos do Exôdo Rural: A Evasão Temporária de Jovens Agricultores Familiares Gaúchos. In: In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009.

APÊNDICE A – Questionário

Roteiro para entrevista dos “Jovens Agroecológico”

Assentamento:

Comunidade:

Nome:

Sexo: () Masculino

() Feminino

Idade:

Escolaridade:

Grupo Familiar: () Pai () Mãe () Avô () Avó () Irmãos(quantos)

1. Qual é a sua matriz produtiva?
2. O que produz a unidade produtiva?
3. Quais os motivos o levou a mudar de matriz produtiva?
4. Porque sua iniciativa em querer produzir agroecologicamente?
5. A iniciativa em mudar a matriz produtiva se deu por parte de quem? Tem/teve alguma dificuldade em discutir agroecologia no grupo familiar?
6. Quais as principais dificuldades para adotar essa nova matriz produtiva?
7. Quais os principais problemas enfrentados pelos jovens no processo de produção agroecológica?
8. O que pensa sobre o campo e a cidade?
9. Quais os motivos em permanecer ou não no campo?
10. Trabalha na propriedade, de onde vem sua renda?
11. Conhece políticas públicas para a agricultura?
12. Sabe o que é ATER? Conhece políticas públicas de ATER?
13. Estuda? Faz algum curso de graduação que o incentive na sua permanência no campo?

APÊNDICE B – Questionário

Roteiro para entrevista “Jovens Convencionais”

Assentamento:

Comunidade:

Nome:

Sexo: () Masculino

() Feminino

Idade:

Escolaridade:

Grupo Familiar: () Pai (x) Mãe () Avô () Avó () Irmãos(quantos)

1. Qual é a sua matriz produtiva?
2. O que produz a unidade produtiva?
3. Quais os motivos o levam a produzir dessa forma?
4. Quais as principais dificuldades em adotar essa matriz produtiva?
5. Quais os principais problemas enfrentados pelos jovens no processo de produção convencional?
6. O que pensa sobre o campo e a cidade?
7. Quais os motivos em permanecer ou não no campo?
8. Trabalha na propriedade, de onde vem sua renda?
9. Conhece políticas públicas para a agricultura?
10. Sabe o que é ATER? Conhece políticas públicas de ATER?
11. Estuda? Faz algum curso de graduação que o incentive na sua permanência no campo?
12. Você já ouviu falar em agroecologia, ou produção de alimentos orgânicos? O que você ouviu?
13. Já pensou em produzir alimentos orgânicos? Por quê?